

PROJETO PEDAGÓGICO

**CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA**

IEDA PACHECO CHAVES

PRESIDENTE

PROF.^o. DR. AÉCIO ALVES PEREIRA

DIRETOR GERAL

PROF.^o ME. DAWERSON DA PAIXÃO RAMOS

DIRETOR ADMINISTRATIVO

PROF.^o ESP. JOSÉ CLODOALDO SABINO PEREIRA

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

PROF.^o. DIEGO ÁVALO MORAES

COORDENAÇÃO DO CURSO

PROF.^o. DIEGO ÁVALO MORAES

PROF.^a. MARILU PALMA DE OLIVEIRA

PROF.^a. ANNA LÚCIA DA SILVA

PROF.^o. RENER SANTOS DE CARVALHO

PROF.^o. JOSÉ APARECIDO MARTINS

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

PROF.^a. CARINNE ALÉSSIO DOS SANTOS

PROF.^a. CRISTIANE F. SILVEIRA

PROF.^a. JOSILAINE MAGNA DA SILVA LEMOS

PROF.^o. LUCIANO OSMAR MENEZES

PROF.^o. LUIZ CARLOS PEREIRA SILVA

ORGANIZAÇÃO, COLABORAÇÃO E REVISÃO

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Índice | 2 |
| Apresentação | 6 |
| Contextualização da IES | 8 |
| Contextualização do Curso | 13 |
| Planejando para Executar | 17 |
| Contexto Educacional | 17 |
| Caracterização do território | 17 |
| Índice de Desenvolvimento Humano | 17 |
| População | 19 |
| Estrutura etária | 19 |
| Longevidade, mortalidade e fecundidade | 20 |
| Educação | 21 |
| Renda, pobreza e desigualdade | 22 |
| Trabalho | 23 |
| Vulnerabilidade social | 24 |
| Políticas Institucionais no âmbito do Curso | 26 |
| Políticas de Ensino | 26 |
| Políticas de Iniciação Científica | 27 |
| Políticas de Extensão | 27 |
| Políticas de Gestão | 28 |
| Políticas Institucionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena | 29 |
| Políticas Institucionais para a Educação Ambiental | 30 |
| Políticas Institucionais para os Direitos Humanos | 31 |
| Políticas de Combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais - CNCD/LGBT | 32 |
| Objetivos do Curso | 34 |
| Objetivos Gerais | 34 |
| Objetivos Específicos | 34 |
| Perfil do Egresso | 37 |
| Perfil do Egresso | 37 |
| Competências e Habilidades | 37 |
| Conteúdos Curriculares | 43 |
| Estrutura Curricular | 48 |
| Coerência com a Diretriz Curricular do Curso | 48 |
| Flexibilidade | 48 |
| Atividades Complementares e de Extensão | 48 |
| Interdisciplinaridade | 49 |
| Compatibilidade de Carga Horária | 49 |
| Ementário e Bibliografia | 50 |

| | |
|--|----|
| Estrutura Curricular | 50 |
| Metodologia | 52 |
| Objetivos metodológicos | 52 |
| Atividades em sala de aula | 52 |
| Incentivo à leitura, escrita e raciocínio lógico | 53 |
| Integração das áreas do conhecimento | 53 |
| Acessibilidade Plena | 54 |
| Estágio Curricular Supervisionado | 55 |
| Carga Horária | 55 |
| Convênios | 55 |
| Formas de Apresentação | 55 |
| Coordenação e Preceptoria | 56 |
| Avaliação | 57 |
| Regulamento | 57 |
| Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica | 59 |
| Relação entre licenciandos, docentes e supervisores da Rede de Escolas da Educação Básica | 61 |
| Estágio Supervisionado Relação Teoria e Prática | 64 |
| Atividades Complementares | 68 |
| Carga Horária | 68 |
| Diversidade de atividades e forma de aproveitamento | 68 |
| Regulamento | 72 |
| Apoio ao Discente | 73 |
| Programa de bolsas e financiamento de estudo | 73 |
| Programa de Nivelamento | 73 |
| Programa de Monitoria | 73 |
| Programa de Atendimento Psicopedagógico | 74 |
| Programa de Apoio às pessoas com Necessidades Especiais - PNEs | 74 |
| Programa de Retenção Discente e Apoio ao Egresso | 74 |
| Ações decorrentes dos processo de avaliação do curso | 76 |
| Projetos e processos de autoavaliação | 76 |
| Análise e divulgação dos resultados da autoavaliação | 77 |
| Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos | 78 |
| Regulamento | 78 |
| Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – No Processo Ensino Aprendizagem | 79 |
| Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem | 80 |
| Dos Processos Avaliativos Semestrais | 80 |
| Da estrutura e validação das avaliações semestrais | 81 |
| Da Aplicação das Avaliações | 82 |
| Dos cálculos dos conceitos avaliativos semestrais | 82 |
| Da aprovação na Componente Curricular | 82 |
| Da Aprovação em Exame Final | 83 |
| Da Avaliação das demais Componentes Curriculares | 83 |
| Atividades Complementares, TCC e Estágio Supervisionado | 83 |
| Das Penalidades | 83 |
| Do Registro dos Conceitos | 84 |
| Das situações pontuais - 2ª chamada, revisões de provas e solicitação de exercícios domiciliares | 84 |

| | |
|--|------------|
| Número de Vagas | 85 |
| Os Executores | 86 |
| Atuação do Núcleo Docente Estruturante | 86 |
| Concepção | 86 |
| Acompanhamento | 86 |
| Atuação da Coordenação do Curso | 89 |
| Descrição | 89 |
| Funcionamento do Colegiado de Curso | 90 |
| Descrição | 90 |
| Representatividade dos segmentos | 90 |
| A Infraestrutura de Apoio | 92 |
| Gabinetes de Trabalho para Professores tempo Integral | 92 |
| Descrição | 92 |
| Espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso e para os Serviços Acadêmicos | 93 |
| Descrição do espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso | 93 |
| Descrição do espaço utilizado para os Serviços Acadêmicos (Secretaria Acadêmica) | 93 |
| Descrição dos serviços disponíveis aos estudantes no Sistema Acadêmico | 93 |
| Sala de Professores | 95 |
| Descrição | 96 |
| Sala de Aula | 96 |
| Descrição | 96 |
| Acesso de Alunos aos Equipamentos de Informática | 97 |
| Descrição | 97 |
| Bibliografia | 99 |
| Bibliografia Básica | 100 |
| Bibliografia Complementar | 100 |
| Relação de Periódicos | 100 |
| Regulamento | 100 |
| Laboratórios Didáticos Especializados | 101 |
| Quantidade | 101 |
| Qualidade - Políticas de Manutenção dos Equipamentos | 101 |
| Serviços - Políticas de Atendimento à Comunidade | 101 |
| Requisitos Legais e Normativos | 103 |
| Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso | 103 |
| Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena | 103 |
| Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos | 103 |
| Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista | 104 |
| Titulação do Corpo Docente | 104 |
| Núcleo Docente Estruturante - NDE | 104 |
| Carga Horária Mínima | 105 |
| Tempo de Integralização | 105 |
| Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida | 105 |
| Disciplina de Libras | 108 |
| Informações Acadêmicas | 109 |

APRESENTAÇÃO

Partindo da concepção de que a construção do Projeto Pedagógico é um processo que compreende três momentos distintos e interligados, ou seja, o diagnóstico da realidade da Instituição de Ensino Superior (IES), decorrente do levantamento das concepções do coletivo e a programação das ações a serem desenvolvidas pelo coletivo, recentemente passamos por um processo de estruturação curricular com objetivos de preparar este curso e por consequência a IES, a fim de percorrermos um caminho ideal executando ações pertinentes e passíveis de realização. Assim, é com grande satisfação que apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso.

Foram muitas as reuniões nesse sentido que entre outras coisas tornou-se claro que para as ações não se tornem um mero cumprimento de tarefas, são necessários questionamentos tais como: **“Por que construir coletivamente o Projeto Pedagógico?”** e **“Para quem deve ser feito o projeto pedagógico?”**. Pressupondo que a construção e elaboração coletiva do projeto pedagógico, devem ser voltadas para a compreensão de seus executores (docentes) e seus beneficiados (alunos) além de explicitar as relações de interdependência destes.

Assim, estabelecemos uma ordem estrutural e de consequência lógica, iniciando pela inserção social e consequente diálogo da IES e do Curso com a sociedade local, estabelecendo os aspectos didáticos pedagógicos, passando pela apresentação da coordenação e corpo docente, chegando finalmente aos aspectos de infraestrutura envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Tudo isto tem como principal objetivo formar cidadãos dotados de capacidade crítica e reflexiva diante dos desafios profissionais. Percebemos que para os aspectos didáticos pedagógicos, a definição do perfil do egresso, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, dos objetivos do curso, dos conteúdos curriculares e metodologia deve obedecer a esta ordem lógica, vez que no processo reflexivo sobre os elementos estruturadores do conhecimento, estes surgem na mente do indivíduo ao mesmo tempo. Ou seja, para quem é conhecedor da ciência que ensina, na medida em que as competências

profissionais do aluno egresso vão sendo definidas surgem ideias em torno das atividades de aprendizagem necessárias à sua transformação em comportamento e habilidades possíveis de serem vivenciadas pelos estudantes.

Todo este processo de reflexão sobre a estruturação do projeto pedagógico do curso foi estabelecida de maneira coerente com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), objetivando atender principalmente ao aluno, mas também ao instrumento de avaliação publicado pelo MEC/INEP, bem como as diretrizes financeiras e administrativas da mantenedora da IES.

Assim esperamos estar contribuindo para o desenvolvimento educacional e socioeconômico da região onde nos inserimos, bem como oferecer ensino de qualidade, explicitado em nosso PDI.

Núcleo Docente Estruturante

| CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES | |
|---------------------------|--|
| Nome da mantenedora | União Educacional Meta |
| Base legal da mantenedora | Endereço: estrada Alberto Torres, nº 947 - Conjunto Mariana - Rio Branco/AC |
| | União Educacional Meta Ltda. |
| | Registrada em cartório - Junta Comercial do Estado do Acre sob o nº: 20140078517 em 28/05/2014. FLS 42 à 49. |
| | Atos Legais Credenciamento: Portaria nº 481 de 16 de abril de 2008. Publicada no D.O.U de 17 de abril de 2008 Recredenciamento: Portaria nº 1.295 de 17 de novembro de 2016. Publicada no D.O.U de 18 de novembro de 2016. |
| Nome da IES | Faculdade Meta |
| Base legal da IES | Endereço: Estrada Alberto Torres, nº 947 - Conjunto Mariana - Rio Branco/AC |
| | Atos Legais Credenciamento: Portaria nº 481 de 16 de abril de 2008. Publicada no D.O.U de 17 de abril de 2008 Recredenciamento: Portaria nº 1.295 de 17 de novembro de 2016. Publicada no D.O.U de 18 de novembro de 2016. |
| Conceitos Institucionais | Conceito Institucional: 04 (2015) |
| | Índice Geral de Curso: 04 (2015) |

| | |
|--|---|
| | IGC Contínuo: 3.0433 (2014) |
| Missão, Visão e Valores | Missão: Contribuir para o desenvolvimento da sociedade por meio da educação de qualidade. |
| | Visão: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Manter sua condição de Instituição de Ensino Superior de direito privado com fins lucrativos e o crescimento com sustentabilidade econômica e financeira. <input type="checkbox"/> Manter a credibilidade como instituição de ensino de graduação e pós-graduação e extensão de qualidade. <input type="checkbox"/> Fortalecer a sua posição de excelência regional e nacional. |
| | Valores: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Compromisso com a educação de qualidade com foco na aprendizagem; <input type="checkbox"/> Ética e integridade nas nossas relações; <input type="checkbox"/> Valorização do patrimônio humano; <input type="checkbox"/> Aprimoramento constante na gestão; <input type="checkbox"/> Responsabilidade socioambiental; |
| Dados socioeconômicos e socioambientais da região | |
| <p>Segundo o Censo do IBGE (2010), nosso município possui uma população de População 2010 336.038 habitantes e dentre esses 70.620 habitantes com ensino médio completo e/ ou ensino superior incompleto, justificando os investimentos por parte da Mantenedora da IES na criação de cursos superiores. Outro aspecto relevante é que ainda existem poucas instituições de ensino superior na região que supram as necessidades locais de desenvolvimento.</p> <p>De acordo com dados populacionais municipais, obtidos pela Pirâmide Etária divulgada pelo IBGE (2012), além de demonstrar que se trata de uma comunidade jovem, possibilita a visualização da prevalência da população por faixa etária, especialmente a que compõem o perfil do grupo apto ao ingresso no Ensino Superior, como as pessoas em idade escolar para o ensino médio e as com</p> | |

expectativas de desenvolvimento profissional.

A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Segundo o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil avançou cerca de 61% e em Rio Branco. O IDH – Renda foi igual a 0,701; IDH – Longevidade igual a 0,817; e IDH – Educação a 0,617.

Desta forma evidencia-se em nosso município uma expansão socioeconômica que necessitará cada vez mais de investimentos em mão de obra especializada. Demanda esta, que corrobora com a missão, objetivos e metas institucionais da IES.

Breve histórico da IES (criação, trajetória, áreas oferecidas)

Em 2009, apostando na credibilidade de mais de 30 anos de ensino do colégio Meta, abria as portas a um novo empreendimento: a Faculdade Meta – FAMETA.

Com a filosofia de entrega integral a seu acadêmico, a FAMETA, enquanto instituição de ensino superior, foi concebida como agente responsável pela formação de profissionais das diferentes áreas do conhecimento, estando comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com as exigências regionais e nacionais, bem como com a formação humanística, crítica científica e cultural dos cidadãos, aptos à convivência harmônica na sociedade e à promoção do bem comum, da paz e da justiça social, a FAMETA é gerida pelo Athenas Grupo Educacional, grupo este que teve na Faculdade de Pimenta Bueno, seu ponto de partida para a expansão por Rondônia, Mato Grosso e Acre, sendo hoje um dos grupos educacionais de grande sucesso, atendendo quase 10 mil alunos matriculados em aproximadamente 74 graduações, somando-se aos novos cursos já autorizados recentemente e uma grande quantidade de pós-graduações.

A partir da concepção de um modelo gerencial moderno e eficiente no âmbito do ensino superior no Brasil, a participação do Athenas Grupo Educacional no crescimento da FAMETA é

fundamental, vez que cabe ao Grupo o papel de gerir a instituição, deixando à faculdade ações mais próximas de seus estudantes. Em contrapartida, passou a estar incorporada a uma rede de ensino em franco crescimento nos estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso.

Credenciada pela portaria ministerial no 481, no dia 16 de abril de 2008, a recém-criada instituição realizou seu vestibular inaugural no final do ano seguinte, para os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Pedagogia e Sistemas de Informação.

Em 2013 a FAMETA solicitou o reconhecimento de três de seus cursos, sendo que destes, dois deles (Bacharelados em Administração e Sistemas de Informação), já foram avaliados pelo Ministério da Educação alcançando ao Conceito de Qualidade muito bom, demonstrando que os preceitos de qualidade confirmam-se cada vez mais frente aos desafios atuais.

No ano de 2013 o curso de Ciências Contábeis foi autorizado e logo no ano seguinte, (2014) o de Licenciatura em Educação Física.

O curso de Pedagogia recebeu reconhecimento pelo Ministério da Educação no ano de 2016. E para os demais cursos, do ano de 2015 foram solicitados e protocolados os seus reconhecimentos, como parte das regras existentes e definidas pelo Ministério da Educação.

Ainda no ano de 2015 o MEC autorizou os cursos bacharelados em Odontologia, Engenharia Ambiental, Engenheiro Civil, Nutrição, Educação Física. Atualmente no ano de 2017 está em processo de autorização pelo MEC e Engenharia de Produção e o curso Bacharelado em Arquitetura Urbanismo autorizado.

Desse modo, visando o contínuo crescimento, a FAMETA em sede própria contando com uma excelente estrutura, equipamentos modernos, biblioteca atualizada e professores qualificados.

A sede deverá ainda abrigar novos cursos que estão sendo pleiteados pela FAMETA, sem é claro perder a qualidade de ensino, marca desta faculdade.

Frente às sucessivas e ligeiras alterações no mercado de trabalho, é cada vez menor o número de profissionais que atuam na área que obteve seu título e cada vez mais, as organizações procuram colaboradores com ótimo ensino formal que possam exercer bem seu papel, independentemente de seu campo de formação. Tal fato faz com que a Faculdade busque sempre a integração de componentes curriculares com o que de fato a sociedade espera.

Visionária, a FAMETA junto ao Athenas Grupo Educacional, no final de 2013, aderiu ao Google

Apps for Education, que consiste em uma série de recursos desenvolvidos pelo Google, disponibilizados gratuitamente aos acadêmicos. Essa iniciativa baseia-se na necessidade fundamental da comunicação dinâmica e ágil entre professores, instituição e colegas. Para que isso ocorra, produtos com a chancela da maior empresa de tecnologia do planeta passaram a ser usados como importantes ferramentas no processo pedagógico da FAMETA.

| CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO | |
|---|---|
| Nome do Curso | Licenciatura em Educação Física |
| Base legal | Estrada Alberto Torres, nº 947 - Conjunto Mariana - Rio Branco/Acre |
| | Atos Legais e data de publicação no D.O.U. Autorização: Portaria nº 671 de 11 de Novembro de 2014 |
| Número de vagas | 100 vagas anuais autorizadas |
| Conceitos de Curso | Conceito de Curso: 4 (2014) |
| | Conceito Preliminar de Curso - SC |
| | Conceito Enade - SC |
| Turno de funcionamento do curso | Noturno |
| Carga horária | 3200 horas |
| Integralização do curso | Tempo de integralização mínima = 07 semestres |
| | Tempo de integralização máxima = 10 semestres |
| Perfil da coordenação do curso | |
| Identificação do (a) coordenador (a) do curso | Profº. José Aparecido Martins |
| Área de formação acadêmica | Licenciatura em Educação Física |
| Titulação | Especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde Pública |
| Regime de trabalho | Integral |
| Tempo de exercício na IES | 41 meses |

| | |
|--|---|
| Tempo de exercício na Coordenação do Curso | 31 meses |
| Link para Currículo Lattes | http://lattes.cnpq.br/7840289051271327 |

Breve histórico do curso

A história dos cursos em Educação Física no Brasil inicia-se com a criação do primeiro curso provisório de Educação Física do Exército em 1910. Neste participavam, em sua maioria, militares e tinham como professores ex-atletas e médicos, tendo uma duração de cinco meses (FIGUEIREDO, 2005)¹. No entanto, os primeiros cursos civis foram criados em São Paulo em 1934 (que tempos depois foi incorporada a Universidade de São Paulo) e no Rio de Janeiro em 1939, na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este último criado pelo decreto-lei 1212 de 17 de abril de 1939 tinha como objetivo ser a escola padrão na formação de Educação Física no Brasil, apesar de naquela ocasião já existissem outras escolas de formação na área da Educação Física no país, ela foi à primeira instituição de ensino superior em Educação Física pertencente a uma universidade (UFRJ, 2006) e que curiosamente outorgava diferentes títulos com diferentes durações: Licenciado – 2 anos, Normalista especializado em Educação Física – 1 ano, Técnico desportivo – 1 ano, Treinador e Massagista desportivo – 1 ano e Médico especializado em Educação Física e desporto - 1 ano. (FIGUEIREDO, 2005)².

Em 1969 o currículo de formação em Educação Física ganha o status de nível superior após a resolução CFE de nº 69/69 que aumentava a carga horária para um mínimo de três anos e 1800 horas, outorgando título de Licenciatura Plena e uma possível complementação de duas disciplinas para a obtenção do título de Técnico desportivo. Percebeu-se uma preocupação com a formação educacional com o aumento das disciplinas da área, porém a grande novidade foi à inserção de um elenco de disciplinas obrigatórias, subdivididas em básicas e profissionais, nos cursos de todo país, sendo este modelo chamado de currículo mínimo (TOJAL, 2005b)³. As disciplinas eram as seguintes:

Básicas: Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene.

Profissionais: Socorros Urgentes, Ginástica, Rítmica, Natação, Atletismo, Recreação e as matérias pedagógicas de acordo com o parecer nº 672/69 (Psicologia da educação, Didática, Prática de Ensino através de Estágios Supervisionados e Estrutura de Ensino de 1º e 2º graus). (TOJAL, 2005)⁴.

Após muitas críticas ao currículo mínimo, que não levava em consideração as diferenças regionais onde os cursos estavam inseridos, (além de em algumas instituições não adicionarem em seus

¹ FIGUEIREDO, Zenólia Cristina Campos (Organizadora), **Formação Profissional em Educação Física e o mundo do trabalho**. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005

² *Ibid*

³ TOJAL, João Batista. **Formação de profissionais de educação física e esportes na América latina**. Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.7, jul./dez. 2005.

⁴ *Ibid*

currículos nenhuma disciplina complementar, ficando o currículo mínimo como currículo pleno) e com o aumento da área de atuação do profissional no mercado, uma terceira proposta de currículo foi aprovada em 16 de Outubro de 1987. (TOJAL, 2005)⁵.

Nesta proposta, simbolizada pela Resolução nº 03/87 decretava-se o fim do currículo mínimo, substituído por áreas de conhecimento, conteúdo identificador da área e conteúdo de natureza técnico-científica, ampliação da carga horária mínima para 2880 horas e tempo mínimo de integralização de quatro anos e a criação da titulação de Bacharelado visando atender exclusivamente o mercado não escolar que estava em crescente expansão. (TOJAL, 2005)⁶.

Apesar de constar da resolução como possibilidade de Titulação, o Bacharelado em Educação Física foi oferecido por muito poucas instituições no Brasil, pois a Licenciatura, além de permitir a atuação na área escolar, também o fazia em relação ao espaço não formal, tirando o sentido de existência do Bacharelado. (NOZAKI, 2004)⁷.

Em relação ao currículo não se percebeu uma diferenciação na formação, o que aumentou o desinteresse das instituições de ensino em oferecer uma modalidade de formação que possibilitava menos campos de atuação ao egresso do que a licenciatura.

Porém, após as discussões da década de 90 e pelas exigências do modelo socioeconômico vigente, o Ministério da Educação resolveu novamente reformular os currículos dos cursos de Licenciatura, o que acontece em 2002 com as Resoluções CNE\CES 01 e 02 de 2002. Os pontos principais destes documentos dizem respeito ao aumento da carga horária de estágio que passou a ter 400 horas, além de mais 400 horas de Práticas Curriculares, carga horária mínima de 2800 horas e tempo de integralização mínimo de três anos e um currículo de Licenciatura com “terminalidade própria que não se confundisse com o antigo 3+1” (BRASIL, 2002) que significava três anos de Bacharelado e mais um de complementação com disciplinas pedagógicas para a obtenção do título de Licenciado. Ou seja, antigamente, a Licenciatura era apenas um apêndice do Bacharelado. Essa característica, apesar de ter sido a formatação curricular dominante no Brasil nas diversas áreas que possuíam Licenciatura e Bacharelado, quase não foi utilizada nos cursos de Educação Física do país.

Diante dessa nova organização curricular para a formação de professores, foram criadas diversas comissões de especialistas para determinar os diferentes conteúdos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em diversas áreas e com a Educação Física não poderia ser diferente.

Foi criada uma comissão de especialistas com professores universitários de Educação Física de diversas regiões do país para que se encaminhasse ao Conselho Nacional de Educação uma proposta de formação (TOJAL, 2005)⁸

Alguns defendiam a proposta da manutenção da divisão entre Licenciatura e Bacharelado com currículos voltados para a consolidação de competências diferentes para diferentes campos de

⁵ Ibid

⁶ Ibid

⁷ NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Tese de doutorado. Niterói, RJ: UFF, 2004.

⁸ Ibidem

atuação, o escolar para a Licenciatura e o não escolar para o Bacharelado, porém este modelo tem como críticas principais o fato de que seguindo esta mesma lógica, um único curso de bacharelado também poderia não dar conta de atender ao mercado de trabalho em constante expansão, além de desconsiderar o princípio da atuação da Educação Física que é a prática docente (KUNZ, 1998)⁹.

Do lado oposto da discussão, outra proposta defendia a criação de uma “Licenciatura ampliada” que garantisse todo o conhecimento da Educação Física, independente do campo de atuação, pois segundo Nozaki (2004)¹⁰ esta identidade profissional baseada na docência, independe do espaço de atuação, além de não ser adequada a terminologia de bacharel para um profissional que vai exercer o magistério, mesmo que fora da escola. A grande crítica a esta proposta foi justamente o fato de que o aumento de disciplinas que atendessem a área não formal acabaria por descaracterizar a Licenciatura e não possibilitava a formação das competências no âmbito não escolar (KUNZ, 1998)¹¹. Depois de muitas discussões prevaleceu a primeira proposta materializada no Parecer CNE/CES 58/2004 e homologada pela Resolução CNE/CES nº 07/2004.

Esse documento veio a substituir a antiga Resolução 03/87 da educação física, sendo atualmente a principal balizadora da formação profissional da graduação em Educação Física no Brasil (TAFFAREL, 2005).¹²

Em suma, os cursos de licenciatura datam da década de 1930, tendo ganhado a sua especificidade na década de 1960, mas por terem sido vistos como cursos de segunda categoria houve todo um percurso de lutas na sociedade brasileira com o objetivo da revalorização da profissão de professor da qual a Associação Nacional pela Formação de Profissionais de Educação (Anfope) é um dos exemplos mais significativos de atuação de entidades profissionais nas novas diretrizes curriculares que estão em curso nesse início de século XXI, buscando conquistar a autonomia no campo do saber docente, no campo da formação profissional.

⁹ KUNZ, Elenor et alii. **Novas Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativa, preposições, argumentações.** Revista do CBCE, vol 20(1), p.37-47, 1998.

¹⁰ Ibidem

¹¹ Ibidem

¹² TAFFAREL, C. N. Z; LACKS, S. Diretrizes curriculares: proposições superadoras para a formação humana. In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (org). **Formação profissional em educação física e mundo do trabalho.** Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005, p. 89-109.

PLANEJANDO PARA EXECUTAR

CONTEXTO EDUCACIONAL

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

| Área | IDHM 2010 | Faixa do IDHM | População (Censo 2010) | Densidade demográfica | Ano de instalação | Microrregião | Mesorregião |
|-------------------------|-----------|---------------------------------|------------------------|---------------------------|-------------------|--------------|--------------|
| 8821,88 km ² | 0,727 | Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) | 336.038 | 38,06 hab/Km ² | 1904 | Rio Branco | Vale do Acre |

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Descrição e evolução

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,591 em 2000 para 0,727 em 2010 - uma taxa de crescimento de 23,01%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 66,75% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,238), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,485 em 1991 para 0,591 em 2000 - uma taxa de crescimento de 21,86%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 79,42% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,164), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,485, em 1991, para 0,727, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de

0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 49,90% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 53,01% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,402), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

| Componentes | 1991 | 2001 | 2010 |
|---|--------|--------|--------|
| IDHM Educação | 0,259 | 0,423 | 0,661 |
| % de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo | 34,42 | 60,41 | 85,20 |
| % de 5 a 6 anos frequentando a escola | 33,25 | 60,41 | 85,20 |
| % de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental | 32,33 | 56,17 | 84,36 |
| % de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo | 16,52 | 33,84 | 64,23 |
| % de 18 a 20 anos com ensino médio completo | 7,91 | 18,52 | 42,34 |
| IDHM Longevidade | 0,684 | 0,724 | 0,798 |
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 66,02 | 68,43 | 72,85 |
| IDHM Renda | 0,643 | 0,673 | 0,729 |
| Renda per capita (em R\$) | 437,12 | 527,43 | 744,67 |

POPULAÇÃO

| | | | | | | |
|-----------------------------|---|--------------------------|-------------------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Descrição e evolução | <p>Entre 2000 e 2010, a população de Rio Branco cresceu a uma taxa média anual de 2,86%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 89,27% para 91,82%. Em 2010 viviam, no município, 336.038 pessoas.</p> | | | | | |
| | <p>Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 3,58%. Na UF, esta taxa foi de 3,26%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 90,86% para 89,27%.</p> | | | | | |
| População | População (1991) | % do Total (1991) | População (2000) | % do Total (2000) | População (2010) | % do Total (2010) |
| População total | 184.771 | 100,00 | 253.491 | 100,00 | 336.038 | 100,00 |
| Homens | 90.878 | 49,18 | 123.330 | 48,65 | 163.592 | 48,68 |
| Mulheres | 93.892 | 50,82 | 130.162 | 51,35 | 172.446 | 51,32 |
| Urbana | 167.882 | 90,86 | 226.298 | 89,27 | 308.545 | 91,82 |
| Rural | 16.889 | 9,14 | 27.193 | 10,73 | 27.493 | 8,18 |

ESTRUTURA ETÁRIA

| | |
|-----------------------------|--|
| Descrição e evolução | <p>Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 63,02% para 50,40% e a taxa de envelhecimento, de 3,77% para 4,31%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 76,04% e 3,37%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.</p> |
|-----------------------------|--|

| População | População (1991) | % do Total (1991) | População (2000) | % do Total (2000) | População (2010) | % do Total (2010) |
|--------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Menos de 15 anos | 73.583 | 39,82 | 88.444 | 34,89 | 98.123 | 29,20 |
| 15 a 64 anos | 104.959 | 56,80 | 155.495 | 61,34 | 223.435 | 66,49 |
| 65 anos ou mais | 6.229 | 3,37 | 9.552 | 3,77 | 14.480 | 4,31 |
| Razão de dependência | 76,04 | - | 63,02 | - | 50,40 | - |
| Índice de envelhecimento | 3,37 | - | 3,77 | - | 4,31 | - |

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE

| | | | |
|-----------------------------|--|------|------|
| Descrição e evolução | <p>A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 25,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 33,2. Já na UF, a taxa era de 23,0, em 2010, de 30,4, em 2000 e 41,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.</p> <p>Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.</p> | | |
| Componentes | 1991 | 2001 | 2010 |

| | | | |
|--|------|------|------|
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 66,0 | 68,4 | 72,9 |
| Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) | 33,2 | 25,5 | 20,0 |
| Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos) | 40,3 | 28,3 | 21,4 |
| Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) | 3,9 | 2,4 | 2,1 |

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,4 anos na última década, passando de 68,4 anos, em 2000, para 72,9 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,0 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

EDUCAÇÃO

Crianças e jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 85,20%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,36%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 64,23%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 42,34%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 51,95 pontos percentuais, 52,03 pontos percentuais, 47,71 pontos percentuais e 34,43 pontos percentuais.

Em 2010, 87,80% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 75,44% e, em 1991, 67,68%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,18% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 4,85% e, em 1991, 3,36%.

População adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 42,54% para 60,69%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 34,42% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 11,76% eram analfabetos, 56,25% tinham o ensino fundamental completo, 41,33% possuíam o ensino médio completo e 12,93%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Expectativa de estudos

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,71 anos para 9,72 anos, no município, enquanto na UF passou de 6,77 anos para 8,69 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,93 anos, no município, e de 6,56 anos, na UF.

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Descrição e evolução

A renda per capita média de Rio Branco cresceu 70,36% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 437,12, em 1991, para R\$ 527,43, em 2000, e para R\$ 744,67, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,84%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,11%, entre 1991 e 2000, e 3,51%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 32,78%, em 1991, para 27,27%, em 2000, e para 14,38%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,60, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,59, em 2010.

| Componentes | 1991 | 2001 | 2010 |
|---------------------------|--------|--------|--------|
| Renda per capita (em R\$) | 437,12 | 527,43 | 744,67 |

| | | | |
|--------------------------|-------|-------|-------|
| % de extremamente pobres | 13,01 | 10,59 | 4,85 |
| % de pobres | 32,78 | 27,27 | 14,38 |
| Índice de Gini | 0,60 | 0,61 | 0,59 |

TRABALHO

| | | | |
|---|--|-------|--|
| Descrição e evolução | Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 67,95% em 2000 para 68,26% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,48% em 2000 para 8,77% em 2010. | | |
| Taxa de atividade e desocupação | 2000 | 2010 | |
| Taxa de atividade | 67,95 | 68,26 | |
| Taxa de desocupação | 13,48 | 8,77 | |
| Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais | 53,38 | 59,16 | |
| Nível educacional dos ocupados | | | |
| % dos ocupados com fundamental completo | 49,17 | 66,47 | |
| % dos ocupados com médio completo | 31,29 | 49,47 | |
| Rendimento médio | | | |
| % dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. | 42,18 | 14,80 | |
| % dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. | 72,48 | 66,65 | |

Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo

90,65

89,03

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 5,13% trabalhavam no setor agropecuário, 0,09% na indústria extrativa, 4,47% na indústria de transformação, 9,21% no setor de construção, 1,08% nos setores de utilidade pública, 17,15% no comércio e 55,38% no setor de serviços.

VULNERABILIDADE SOCIAL

| Crianças e Jovens | 1991 | 2001 | 2010 |
|---|-------|-------|-------|
| Mortalidade infantil | 33,21 | 25,45 | 20,03 |
| % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola | - | 84,90 | 69,00 |
| % de crianças de 6 a 14 fora da escola | 24,35 | 10,12 | 4,92 |
| % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa | - | 16,99 | 12,36 |
| % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos | 4,07 | 5,83 | 4,13 |
| Taxa de atividade - 10 a 14 anos | - | 6,68 | 6,30 |
| Família | | | |
| % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família | 23,44 | 25,27 | 23,31 |
| % de vulneráveis e dependentes de idosos | 3,16 | 2,48 | 1,64 |
| % de crianças extremamente pobres | 18,32 | 15,63 | 7,45 |

| Trabalho e Renda | | | |
|---|-------|-------|-------|
| % de vulneráveis à pobreza | 58,05 | 50,89 | 35,25 |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | - | 46,09 | 30,15 |
| Condição de Moradia | | | |
| % da população em domicílios com banheiro e água encanada | 40,67 | 47,25 | 62,10 |
| <p>Todos esses índices retratam um município em pleno desenvolvimento e com redução em todos os índices que configuram a vulnerabilidade social, com isso a população passa a ter novas necessidades e interesses, buscam se aprimorar/ aperfeiçoar ou até mesmo se empenhar em uma graduação, com intuito de desenvolver sua vida financeira e profissional.</p> | | | |

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

POLÍTICAS DE ENSINO

Considerando as políticas institucionais de ensino, no âmbito do curso elas desenvolvem-se da seguinte maneira:

Constante atualização que relevem a necessidade social regional, em consonância com o mercado de trabalho.

Frente às sucessivas e ligeiras alterações no mercado de trabalho, é cada vez menor o número de profissionais que atuam na área que obteve seu título e cada vez mais, as organizações procuram colaboradores com ótimo ensino formal que possam exercer bem seu papel, independentemente de seu campo de formação. Tal fato faz com que a Faculdade busque sempre a integração de componentes curriculares com o que de fato a sociedade espera.

Contratação de um corpo diretivo, docente e técnico-administrativo condizente com as reais necessidades de um bom funcionamento da IES.

A IES assegura a constituição do corpo docente do curso, no mínimo e/ou superior ao esperado pelos instrumentos de avaliação do Ministério da Educação. Quanto ao corpo técnico-administrativo é assegurada a contratação dos mesmos para a operacionalização do curso.

Investimento na formação e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

Uma constante preocupação da IES é a capacitação do corpo docente e técnico-administrativo. Para tanto, cursos na modalidade à distância são oferecidos frequentemente pelo Athenas Virtual.

Criação de mecanismos institucionais de atenção aos discentes e Implantação de um Programa de Acompanhamento de Egressos.

Programas Institucionais de apoio ao estudante são oferecidos pela IES. Dentre eles citamos:

- Programa de Bolsas e Financiamento de Estudos;
- Programa de Nivelamento;
- Programa de Monitoria;
- Programa de Atendimento Psicopedagógico;
- Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais;
- Programa de Retenção Discente e Apoio ao Egresso; e
- [Programa de Capacitação Docente.](#)

POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

As mudanças no mundo contemporâneo conferem às Instituições de Ensino Superior (IES) um papel estratégico no desenvolvimento das sociedades. Nós, diante dessa realidade, em consonância com sua missão e considerando as diretrizes nacionais dos cursos de graduação, propomos discutir uma política de extensão, articulada com o ensino e a iniciação científica, em busca da construção de um projeto societário que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano.

[Acesse o Regulamento do Programa de Iniciação Científica](#)

POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a iniciação científica de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre ensino superior e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. A extensão da IES tem como políticas:

- Propiciar a troca de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e

empíricos;

- Trabalhar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da IES na comunidade;
- Instrumentalizar o processo dialético da relação teoria-prática;
- Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficia a visão integrada do social;
- Identificar e atender as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais; e,
- Estimular o desenvolvimento de projetos e atividades de prestação de serviços à comunidade e de interesse institucional.
- Constituir atividades de extensão e ação social os serviços prestados por funcionários, docentes ou discentes (desde que supervisionados por docentes) desta Faculdade à comunidade externa ou interna.

[Acesse o Regulamento do Núcleo de Extensão](#)

POLÍTICAS DE GESTÃO

São observadas as seguintes políticas de gestão na IES:

- Permanente integração entre unidade mantida e entidade mantenedora;
- Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- Autonomia na gestão de pessoas;
- Otimização da utilização de laboratórios e recursos multimídias entre diferentes cursos;
- Promoção do aperfeiçoamento contínuo do corpo docente e técnico administrativo;
- Busca de parcerias com instituições públicas e privadas visando assegurar a Missão Institucional;
- Avaliação sistemática das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem;

- Valorização dos profissionais da Instituição, estabelecendo um plano de carreira que estimule a qualificação e o desempenho;
- Estimular a prática dos valores institucionais por meio de treinamentos constantes;
- Contribuir para a sustentabilidade financeira da entidade mantenedora.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

A implementação da Política Educacional das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena traz seu fundamento na Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP 3/2004, sendo que o último define em seu Art. 7º que: “As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes [...]”.

A atribuição dessa responsabilidade conferida em Lei subsidia e norteia a formulação e implementação dessa política na IES, sedimentando-a na sociedade como uma instituição que não só é uma cumpridora da lei, mas que avança nas questões sociais e históricas estigmatizantes, acreditando na justiça social e assumindo questionamentos que devem ser feitos para estabelecer a concatenação sobretudo no diz respeito aos conceitos criados sobre a questão étnico-racial no Brasil.

E a partir das diversas reflexões surge a necessidade de políticas específicas para a população negra e indígena brasileira perpassando a esfera de discussões estruturais no campo das desigualdades, sejam elas sociais, econômicas, educacionais, culturais, ou quanto à saúde pública, lazer, entre outros.¹³

Estas políticas são chamadas de afirmativas e correspondem a um conjunto de ações e orientações do governo com objetivo de proteger as minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Em outras palavras, as organizações devem agir de forma positiva, afirmativa e

¹³ Castro, CGCS et al. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Paraná: Legislação, Políticas afirmativas e formação docente. www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1001_958.pdf.

agressivamente para remover todas as barreiras mesmo que informais ou sutis de diferenças e discriminação garantindo a efetividade do princípio de igualdade de oportunidade.¹⁴

Partindo dessa análise, definimos a inserção dessa temática no ementário do curso, por meio das componentes curriculares de **Sociologia; Ética Profissional; Políticas Públicas Educacionais; Dança e Manifestações Folclóricas; Diversidade Étnico Racial e Direitos Humanos: (Optativa); Educação das Populações Tradicionais da Amazônia Legal; e, Inclusão Diversidade.**

As atividades de extensão do curso também contempla a temática, e são realizadas no âmbito do curso.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº 9.795/99) é caracterizada pela coordenação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Segundo o Documentos de Referência - ProNEA suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições a longo prazo.

Esse conjunto de iniciativas do governo e de toda sociedade configura a conjuntura de garantias de efetivação dos direitos de terceira geração da Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 225, § 1º, inciso VI, assegura o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.¹⁵

E diante dessa garantia constitucional definimos como forma de inserção de temáticas

¹⁴ Brasil. Ação afirmativa na universidade do estado da Bahia: razões e desafios de uma experiência pioneira. in.: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; valter roberto (org.). Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

¹⁵ _____. Programa Nacional de Educação Ambiental. Educação Ambiental - Por um Brasil Sustentável. Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA: 4º. Edição, Brasília, 2014.

relacionadas com a Educação Ambiental, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares de **Sociologia; Antropologia; Esporte e Aventura; e, Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente.**

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA OS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, desencadeou um processo de mudança no comportamento social, estimulando o desenvolvimento de um campo interativo de proteção e garantia de direitos, sensibilizando a consciência social, inspirando-as em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade.¹⁶

É próprio do ambiente da IES o fomento de discussões e a formação de profissionais pensantes, criativos, competitivos e empreendedores, com ideias que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade, nesse sentido a implementação da Educação em Direitos Humanos visa, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos nos discentes, disseminando valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de democratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas na realidade de cada indivíduo, daí então, passa a irradiar seus efeitos para o Estado brasileiro que responderá com políticas públicas universais, muitas delas já se encontram previstas na Constituição Federal de 1988.⁵

Para Perpetuar este campo interacional de mudanças e atendendo ao Parecer CNE/CP 8/2012, a IES definiu como forma de inserção dessa temática, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares de **Sociologia; Ética Profissional; Inclusão e Diversidade; e, Qualidade de**

¹⁶ _____.Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

Vida, Saúde e Meio Ambiente.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT

Com base no Programa "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3 (2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), ampliou-se a possibilidade de refletir sobre o enfrentamento à violência e discriminação sofrida por esse grupo específico, oportunizando propostas para implementação no âmbito da IES estratégias de combate, articulando todo o ambiente acadêmico e em conjunto com o processo ensino-aprendizagem, integrando-os da melhor forma no meio social acadêmico, se utilizando do apoio pedagógico, da reflexão social e da consciência cidadã como ferramenta além de outros mecanismos disponíveis na instituição.

Uma ação imprescindivelmente importante a ser garantida é o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

A construção institucional da política LGBT será discutida como um todo, mas alguns temas como modelos de ação para o enfrentamento da discriminação e da violência serão tratados com atenção especial durante as discussões. Ficando garantido àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

O campo "nome social" está inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares, bem como garantimos instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Quanto a utilização do nome civil, que é obrigatório para a emissão de documentos oficiais,

garantimos concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

O uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, constitui-se garantido de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, garantimos o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

A garantia do reconhecimento da identidade de gênero é estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Por fim, observe-se que todas as políticas citadas acima, descritas no PDI e implantadas na IES, serão prontamente absorvidas e implementadas pelo curso buscando:

- Avaliar as ações, projetos propostos e desenvolvidos pelo curso;
- Observar a participação efetiva de professores e alunos nas ações e projetos desenvolvidos; e
- Avaliar o impacto das políticas institucionais na construção e desenvolvimento do PPC.

OBJETIVOS DO CURSO

A responsabilidade de oferecer um curso com qualidade, perpassa os fundamentos e as definições do Perfil e das Competências e Habilidades a serem desenvolvidas pelo Aluno Egresso.

Destacando que esta é uma ordem lógica de definição que segue as tendências das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação de Licenciatura em Educação Física.

E para isso, definimos os objetivo geral e específicos do curso de graduação de Licenciatura em Educação Física..

OBJETIVOS GERAIS

- Proporcionar formação profissional capaz de atuar no magistério da educação básica, de caráter generalista, humanista e crítica, fundamentada na reflexão filosófica, nos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, com foco no desenvolvimento de competências nas diferentes formas e modalidades abrangendo todas as etapas do ensino básico de forma a atender as necessidades e diversidade do sistema educacional com ênfase nos aspectos regionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atender as Diretrizes Curriculares Nacionais homologadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES), além das normativas do Conselho Profissional;
- Proporcionar a formação integral de profissionais que atendam os diferentes perfis de desempenho requeridos pelas organizações, para atuarem no mercado de trabalho e no meio social de forma diferenciada;
- Formar profissionais conscientes, críticos e reflexivos às necessidades sociais, assim como

dos direitos e deveres inerentes da sua profissão atuando como agentes transformadores no processo de desenvolvimento humano e sócio-político.

- Propiciar uma formação com orientação inerente à formação para a atividade docente, que prepare para o ensino visando à aprendizagem do aluno e o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- Fomentar o aprimoramento em práticas investigativas e reflexivas;
- Estimular as práticas no âmbito educacional, na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos dos conteúdos curriculares; o uso crítico-reflexivo de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores e o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.
- Constituir um ensino acadêmico que possibilita qualificação profissional para o exercício da docência, da gestão e supervisão no âmbito da Educação Básica.
- Promover a socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo, valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras, consolidando a educação inclusiva através do respeito às diferenças.
- Oportunizar a preparação de profissionais para atuarem nas etapas da educação básica percorrendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação do campo, educação escolar para povos tradicionais da Amazônia e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos.

Para tanto, no decorrer do curso os alunos desenvolvem os perfis, competências e habilidades que proporcionarão ao futuro profissional, capacidade de atuar em condições de complexidade e competitividade, características dos ambientes em transformação, gerando resultados positivos para as organizações e promovendo o desenvolvimento da sociedade.

PERFIL DO EGRESSO

PERFIL DO EGRESSO

Descrevemos como o **Perfil Profissional do Egresso** do curso e adequando-se à Diretriz Curricular Nacional se caracteriza em formar:

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Sólida formação profissional generalista.
- Habilidade para dominar os conhecimentos acadêmico-profissionais próprios da área, de modo a poder compreender, refletir criticamente e atuar frente às dinâmicas demandas culturais e profissionais do campo da Educação Física e da educação escolar básica;
- Conhecimento para participar e intervir nas discussões, definições e avaliações de políticas públicas educacionais e da área como um todo;
- Capacidade de aplicar, articuladamente, competências técnicas, humanas e político-sociais que lhes permitam diagnosticar, planejar e avaliar o ensino-aprendizagem da cultura do movimento humano;
- Formação que o permita compreender e discutir criticamente as determinações estruturais e conjunturais que fundamentam e interferem nas definições de políticas públicas da área e da educação escolar, no imaginário e nos interesses socialmente construídos sobre esta prática sociocultural e nas práticas pedagógicas de intervenção profissional;
- Conhecimento dos fundamentos e instrumentos necessários ao desenvolvimento competente da sua condição humana e político-social, bem como das suas atividades de intervenção;
- Condições de identificar as necessidades regionais, refletindo e decidindo autonomamente, assim como criticando, propondo e compartilhando mudanças ou

transformações necessárias;

- Capacidade para adequar os recursos disponíveis a fim de fazer da Educação Física um meio eficiente e eficaz de autoconhecimento, de autor realização e de promoção da qualidade de vida de seus alunos, proporcionando-lhe desenvolvimento integral e estimulando-a a um conviver prazeroso, saudável e cooperativo dentro da complexidade da atual realidade. Associar teoria e prática;
- Ser capaz de coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar,organizar, avaliar e executar trabalhos e projetos em Educação Física;
- Trabalhar em equipe e participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares de trabalhos pedagógicos, nos diferentes níveis de ensino;
- Habilidade para sistematizações do exercício físico a partir de grandes temas da cultura, tais como o jogo, a ginástica, a luta, a dança e, esporte, etc.
- Atuar como promotor e incentivador do esporte e da atividade física, pautado em valores humanos;
- Promover o desporto, incentivando a competição saudável;
- Respeitar as características regionais da população onde está inserido e contribuir para o seu desenvolvimento;
- Respeitar a diversidade social, política, cultural e religiosa, contribuindo para a integração social;
- Viabilizar o acesso de pessoas com necessidades especiais, colaborando para o fim da exclusão e do preconceito social;
- Ser criativo e ter iniciativa frente a questões e dificuldades da atuação plena e de excelência;
- Colaborar para a formação das competências básicas nos alunos dos diversos níveis de ensino;
- Produzir conhecimento didático a fim de facilitar o ensino;
- Produzir materiais alternativos para o uso em aula;
- Refletir sobre a qualificação docente;
- Produzir pesquisas na área da Educação Física, contribuindo para o desenvolvimento de

sua área de atuação.

- Compreensão das diferenças existentes no que concerne ao conhecimento aplicado nos distintos locais de atuação profissional tais como clubes, academias, colônias de férias, instituições escolares destinadas à educação básica, entre outros locais possíveis, empresas, laboratórios de análise do exercício, lazer, entre outros, compreendendo as diferenças não como desigualdades, mas, sim, como riqueza de possibilidades de trabalho, pesquisa e ensino da e na Educação Física.

Descrevemos ainda as **Competências e Habilidades Gerais** do curso e adequando-se à Diretriz Curricular Nacional:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do

ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.

- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

Descrevemos ainda as **Competências e Habilidades Específicas** do curso e adequando-se à Diretriz Curricular Nacional:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da

Educação Física, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

- Desenvolver de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;
- planejar e executar atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
- Participar nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- Participar na análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica, referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;
- Comparar e analisar de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos
- Desenvolver, executar, acompanhar e avaliar os projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas.
- Sistematizar e registrar atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

De acordo ainda com a Política de Acompanhamento de Egressos, descrita em seu PDI, estão previstos mecanismos de acompanhamento dos egressos na sua atuação profissional.

CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares abaixo garantem o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, os seguintes aspectos:

1. Atualização constante;
2. Adequação das cargas horárias (em horas); e
3. Adequação da bibliografia

São eles:

Núcleo de Estudos de Formação Geral: das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

- Princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- Princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- Conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- Observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- Conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- Diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

- Pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- Decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguísticos sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- Pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- Questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- Pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos: das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

- Investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- Avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- Pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
- Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

Estudos Integradores: para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

- Seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- Atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- Mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- Atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Atividades Complementares: São componentes curriculares de caráter científico, cultural e acadêmico cujo foco principal é o estímulo à prática de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, de forma a promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Representam, portanto, um conjunto de oportunidades de aprendizagem ofertada ao estudante. As atividades Acadêmico Científico Culturais contemplam ensino pesquisa e extensão, podendo ocorrer em outras instituições e localidades. Estão previstas para serem realizadas ao longo de todo o curso. Tais atividades estão regularmente implantadas na instituição por meio de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas de monitorias, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, participação em eventos científicos e cursos realizados em outras áreas afins.

Prática como Componente Curricular – P.C.C. (400h) - As práticas como componente curricular estão incluídas no projeto pedagógico, sendo vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional, nos conteúdos curriculares de Núcleo de Estudos de Formação Geral (70 horas); Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (170 horas) e Núcleo de Estudos Integradores (160 horas).

| COMPONENTE CURRICULAR | CONTEÚDO CURRICULAR | P.C.C. |
|-----------------------|---------------------|--------|
|-----------------------|---------------------|--------|

| | | |
|---|--|----|
| 1º Período - Prática como Componente Curricular I | Núcleo de Estudos Integradores | 20 |
| 2º Período - Prática como Componente Curricular II | Núcleo de Estudos Integradores | 20 |
| 2º Período - Inclusão e Diversidade | Núcleo de Estudos de Formação Geral | 10 |
| 3º Período - Dança e Manifestações Folclóricas | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 20 |
| 3º Período - Prática como Componente Curricular III | Núcleo de Estudos Integradores | 20 |
| 3º Período - Didática | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 20 |
| 4º Período - Prática como Componente Curricular IV | Núcleo de Estudos Integradores | 20 |
| 4º Período - Jogos Recreação e Lazer | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 20 |
| 4º Período - Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 20 |
| 5º Período - Prática como Componente Curricular V | Núcleo de Estudos Integradores | 20 |
| 5º Período - Educação e Tecnologia | Núcleo de Estudos de Formação Geral | 10 |
| 5º Período - Planejamento e Organização de Eventos Esportivos | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 20 |
| 5º Período - Cineantropometria | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 20 |
| 5º Período - Futebol de Salão | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 10 |
| 5º Período - Avaliação Educacional | Núcleo de Estudos de Formação Geral | 10 |
| 5º Período - Basquetebol | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 10 |
| 6º Período - Prática como Componente Curricular VI | Núcleo de Estudos Integradores | 20 |
| 6º Período - Educação das Populações Tradicionais da Amazônia Legal | Núcleo de Estudos de Formação Geral | 10 |
| 6º Período - Futebol de Campo | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 10 |

| | | |
|--|--|------------|
| 6º Período - Educação de Jovens e Adultos | Núcleo de Estudos de Formação Geral | 10 |
| 6º Período - Handebol | Núcleo de Estudos de Formação Geral | 10 |
| 6º Período - Atividades Rítmica e Dança | Núcleo de Estudos de Formação Geral | 10 |
| 7º Período - Prática como Componente Curricular VII | Núcleo de Estudos Integradores | 20 |
| 7º Período - Atividade Lúdica | Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos | 20 |
| 8º Período - Prática como Componente Curricular VIII | Núcleo de Estudos Integradores | 20 |
| TOTAL | | 400 |

Componentes Curriculares Optativas: (40h). Antropologia; Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente; Diversidade Étnico Racial e Direitos Humanos; Teorias e Práticas de Currículo; Gestão de Eventos Físicos e Esportes; Empreendedorismo.

Desta forma, os conteúdos curriculares contribuem para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais, regionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural, em consonância com as competências e habilidades gerais e específicas descritas na DCN do curso.

ESTRUTURA CURRICULAR

COERÊNCIA COM A DIRETRIZ CURRICULAR DO CURSO

Existe sintonia e coerência entre o currículo proposto para o curso, com seus componentes curriculares organizados e dispostos com base nos campos interligados de formação e o perfil desejado do egresso.

Todos os esforços são despendidos para que, ao longo da duração do curso, o aluno vivencie e adquira habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão com ética, cidadania, consciência, proatividade e espírito empreendedor.

FLEXIBILIDADE

Em relação à flexibilidade, o profissional deve conhecer todas as suas áreas de competência, de forma que possa definir melhor seu campo de atuação, bem como deve conhecer a dinâmica de outros segmentos de mercado que demandam profissionais competentes.

Existe ainda um componente curricular optativo, onde o estudante poderá escolher entre as disciplinas elencadas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES E DE EXTENSÃO

Também visando a flexibilização curricular, o curso pode oferecer, a título de Atividades Complementares, palestras para todos os discentes ou específicas para quem está cursando determinada unidade de ensino, seminários, oficinas, fóruns de discussão, semanas acadêmicas, apresentação de trabalhos e temas desenvolvidos pelos discentes, visitas técnicas, bem como discussão de casos e eventos atuais e o impacto dos mesmos na sociedade.

São realizadas ainda atividades de extensão, visando: atender às demandas latentes da sociedade e do mercado de trabalho e propiciar uma visão sistêmica da atuação profissional.

INTERDISCIPLINARIDADE

Visando à interdisciplinaridade, para maior integração de conhecimentos e desenvolvimento das habilidades do profissional, o curso possui como uma de suas atividades acadêmicas a elaboração de um trabalho interdisciplinar a cada período ou trabalho de conclusão de curso. Existe um tema transversal a ser desenvolvido e uma metodologia para o desenvolvimento desse trabalho. Dessa forma os discentes conseguem perceber a relação, de forma prática, entre as unidades de ensino que cursam em cada período do curso.

Além disso, os docentes sempre evidenciam em suas aulas a relação entre as unidades de ensino específicas que lecionam e as demais do curso. Isso favorece ao aluno entender, de forma global a importância de cada parte do conhecimento no todo da profissão.

COMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Quanto à compatibilidade da carga horária total em horas, a estrutura curricular do curso contempla de forma excelente as unidades de ensino necessárias para atender às necessidades do mercado de trabalho e estão distribuídas, também de forma excelente, pela quantidade de carga horária total do curso.

Existe o cuidado e atenção em oferecer ao aluno uma formação orientada com a realidade local e nacional, distribuídas de forma coerente entre as unidades de ensino e suas respectivas cargas horárias.

Também existe toda atenção para que todas as unidades de ensino mais significativas e necessárias para a formação do profissional tenham carga horária mais expressiva.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Tendo em vista a definição de ementa como uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual / procedimental de uma disciplina, foi elaborado o ementário visando o que foi estabelecido como coerências existentes entre os perfis do egresso, competências e habilidades e conteúdos curriculares com os componentes curriculares atendendo às diretrizes curriculares nacionais do curso. Assim, disponibilizamos para consulta todos os Planos de Ensino das componentes curriculares do curso. Nos mesmos podem ser encontradas as seguintes informações:

- Nome da componentes curricular;
- Distribuição da carga horária;
- Perfil (s) do egresso que deverá (ão) ser atingido (s) nesta componente curricular;
- Competências e habilidades que deverá (ão) ser atingido (s) nesta componente curricular;
- Conteúdo curricular que esta componente curricular está aderida;
- Objetivos da componentes curricular;
- Ementa;
- Conteúdo programático;
- Procedimentos Pedagógicos
- Recursos pedagógicos;
- Avaliação;
- Bibliografia básica e complementar;

[Consulte o Plano de Ensino do curso.](#)

ESTRUTURA CURRICULAR

A Estrutura Curricular, concebida posteriormente à definição do Perfil do Egresso e os Objetivos do Curso, apresenta-se de forma a contemplar aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade de carga horária total (em horas), articulando aulas teóricas e práticas e atividades

complementares.

[Consulte a estrutura curricular do curso.](#)

METODOLOGIA

OBJETIVOS METODOLÓGICOS

As metodologias utilizadas no curso têm como principais objetivos:

- Estar em consonância com o PPI e PDI;
- Garantir a construção da formação profissional e do perfil do acadêmico de maneira reflexiva, analítica, processual e articulada;
- Facilitar o processo de construção das competências e habilidades preconizadas nas DCNs;
- Sustentar a vivência interdisciplinar, o trabalho em equipe, compreendendo e valorizando os benefícios dessa prática na atividade profissional;
- Incentivar o cumprimento das Atividades Complementares; valorizar a educação continuada, incorporando as contribuições científicas e tecnológicas, com competência para explorar parte desse imenso potencial na democratização do conhecimento; e
- Propiciar aos discentes a possibilidade de saber ler a realidade criticamente, mantendo-se sempre informado, interpretando o mundo com autonomia, sendo capaz de produzir pensamentos e ações novos para um mundo em constante mudança; e
- Implementação de uso das metodologias ativas para o processo de ensino e aprendizagem.

ATIVIDADES EM SALA DE AULA

Quanto às atividades na sala de aula, os procedimentos didáticos e metodológicos serão diversificados, envolvendo **atividades expositivas, dialogadas e explicativas, bem como debates, seminários diversos e trabalhos em grupos.**

Os docentes serão estimulados a fazer uso da criatividade e a utilizar métodos e técnicas participativas em suas atividades, visando o desenvolvimento e a integração do **aprender a conhecer, do aprender a fazer, do aprender a conviver e do aprender a ser.**

INCENTIVO À LEITURA, ESCRITA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Neste contexto, o incentivo à leitura, à escrita e ao raciocínio para o conhecimento, a análise e a interpretação dos fenômenos biomédicos de todas as esferas perpassam o conjunto de unidades de ensino do curso.

Para auxiliar neste processo metodológico será necessária a adoção de novas **Metodologias Ativas de Aprendizagem** que proporcionem ao estudante o desenvolvimento do raciocínio lógico no âmbito de soluções sociais pertinentes ao curso, pois as mudanças do mundo contemporâneo têm refletido no redirecionamento das políticas de educação e saúde e no perfil dos profissionais que estão em processo de formação nos cursos de graduação, visando uma interação maior entre o mundo do ensino e o do trabalho, levando o aluno a pensar sempre na integração entre teoria e prática.

INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Tornar-se-á necessário, portanto, integrar as diferentes áreas do conhecimento em todas as etapas do curso de graduação, destacando-se como eixo articulador, a interdisciplinaridade e a transversalidade. Será preciso percebê-las enquanto processo de integração recíproca entre as várias unidades de ensino oferecidas ao longo do curso e com os campos afins do conhecimento.

O processo de aprendizado e preparação proposto, compreende que o acadêmico necessita desenvolver uma visão crítica e comprometida com os princípios éticos; saber apresentar trabalhos e discutir ideias em público; ter capacidade de participar de debates contemporâneos e ser capaz de se posicionar em contextos de controvérsias, de inovações e de mudanças de paradigmas.

ACESSIBILIDADE PLENA

A IES, visando a busca constante pela acessibilidade plena, garante o direito assegurado ao público alvo da educação especial, as condições de igualdade no acesso, na permanência e na terminalidade dos estudos na educação superior.

Tais condições são promovidas institucionalmente a partir da eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado está devidamente regulamentado, implantado e disseminado entre docentes e discentes, visando atender aos aspectos carga horária, convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação da seguinte maneira:

CARGA HORÁRIA

Carga horária:

A distribuição da carga horária entre os estágios curriculares é apresentada abaixo:

Estágio Supervisionado I : Educação Infantil. Carga Horária: 100 horas.

Estágio Supervisionado II: Ensino Fundamental. Carga Horária: 100 horas.

Estágio Supervisionado III: Ensino Médio. Carga Horária: 100 horas.

Estágio Supervisionado IV: Educação Física em Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial e Carga Horária: 100 horas.

CONVÊNIOS

Os convênios estabelecidos entre a Faculdade Meta e outros parceiros são com a Secretaria Municipal de Educação do município de Rio Branco e Escolas Públicas e Particulares.

FORMAS DE APRESENTAÇÃO

A apresentação do estágio é um requisito obrigatório e é parte integrante da avaliação.

A apresentação do Estágio Supervisionado acontecerá nos seguintes formatos:

- Relatório escrito parcial e final das atividades desenvolvidas;
- Socialização das atividades desenvolvidas ao término do Estágio, obedecendo aos critérios de avaliação estabelecidos pelo Supervisor de Estágio.

A apresentação do estágio deverá obedecer os prazos previstos do cronograma.

Após avaliação dos relatórios pelo Professor Supervisor, estes deverão ser devolvidos aos estudantes

COORDENAÇÃO E PRECEPTORIA

O Professor Supervisor de Estágio é um profissional indicado pelo Coordenador de Curso, responsável pela orientação, acompanhamento e avaliação do estudante no componente curricular de Estágio Obrigatório.

São atribuições do Professor Supervisor de Estágio :

- Acompanhar e avaliar o estudante durante o Estágio Curricular Supervisionado V;
- Conhecer previamente o campo profissional onde será realizado o Estágio Curricular;
- Reunir-se no início de cada período letivo com os estagiários do curso para informar sobre a sistemática do estágio e proceder orientações específicas à cada unidade de estágio;
- Elaborar Plano de Atividades estabelecendo teoria e prática, de acordo com as exigências da formação profissional;
- Cumprir o Plano de Atividades de Estágio estabelecido para cada componente curricular de Estágio;
- Dar conhecimento ao acadêmico das normas, os procedimentos e os critérios de avaliação do Estágio;
- Registrar qualquer intercorrência identificada no desenvolvimento do Estágio;
- Orientar o discente estagiário, fornecendo os subsídios para a elaboração dos relatórios parciais e final de estágio;
- Participar das reuniões com a Coordenação do Curso para avaliar o desenvolvimento do Estágio;
- Registrar frequência e resultado da avaliação do Estágio, encaminhando os registros no prazo estabelecido à Coordenação do Curso;
- Manter organizada a documentação de cada discente estagiário;

- Entregar na Coordenação de Curso, antes de iniciar as práticas, cronograma constando início, término do estágio, bem como as atividades que serão desenvolvidas no estágio;
- Após a conclusão do estágio curricular, entregar na Coordenação do Curso relatórios e instrumentos de avaliação devidamente corrigidos e assinados;
- Proceder o lançamento das notas e frequências, no portal do docente/discente, ao final do estágio.

AVALIAÇÃO

A avaliação do discente ficará condicionada aos seguintes aspectos:

- Pontualidade e assiduidade;
- Postura ética e profissional;
- Disposição para mudanças;
- Comunicação;
- Interação com a equipe de trabalho;
- Desempenho nas atividades de estágio;
- Desenvolvimento das atividades prevista para o estágio.

Outros critérios de avaliação poderão ser estabelecidos pelo professor supervisor de estágio, ouvida a coordenação de curso.

A avaliação dos relatórios dos Estágios Supervisionados será feita pelo professor orientador.

No Estágio Supervisionado o estudante será considerado aprovado quando:

Cumprir a carga horária nos campos de estágio e atividades estabelecidas;

Cumprir as atividades estabelecidas pelo coordenador e supervisor de estágio;

Alcançar nota igual ou superior à sete (7,0).

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento de Estágio Supervisionado](#)

RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica – no qual se pretende verificar se o estágio efetivamente promove a interação com a rede de escolas da Educação Básica, com efetivo acompanhamento do discente pelo orientador (docente da IES) nas atividades no campo e prática, ao longo do ano letivo, com vivência da realidade escolar de forma integral, inclusive no que pertine à participação em conselhos de classe/reuniões de professores.

A Faculdade firma anualmente convênio para promover a interação de estágio supervisionado com as escolas da Rede Municipal e Estadual de Educação e Instituições privadas que ofertam Educação Básica.

A relação interação e acompanhamento para realização das atividades de estágio prevê de forma abrangente a atuação do estagiário em diversos aspectos do cotidiano escolar, sendo:

A observação das estruturas físicas e dos espaços de atuação docente e discente; da secretaria e funcionamento e; do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar; da Gestão escolar e demais projetos educativos.

Participação dos discentes estagiários no planejamento de atividades docentes, no desenvolvimento de atividades de sala, confecção de material didático, reuniões pedagógicas, administrativas, sindicais, conselho de classe, conselho de professores e encontros de formação continuada promovidos pela escola que venham ocorrer durante o período do estágio.

A regência da sala de aula, após períodos de observação e planejamento, junto ao professor titular da turma, sempre na presença do mesmo.

As escolas conveniadas assumem o compromisso de contribuir com a formação do professor de ciências biológicas, bem como o aperfeiçoamento das atividades pedagógicas e suas relações com a comunidade escolar.

A IES e as Instituições conveniadas promovem em parceria, visando a constante melhoria da qualidade do ensino e a integração entre discentes da Licenciatura e docentes, workshops, palestras, Seminários e oficinas, o efetivo acompanhamento do estudantes estagiários do curso de Ciências Biológicas pelo orientador, respectivo docente da IES e nas atividades no campo e na prática, ao

decorrer do ano letivo.

A intervenção pretende-se constituir da vivência cotidiana da escola de forma integral, da análise e verificação quanto a sua organização, critérios de formulação de normas, documentos necessários para o andamento escolar, políticas em vigência, eleições de diretoria, questões financeiras e vida estudantil dos alunos, a gestão, participação em conselhos de classe, e também das reuniões de professores. Assim sendo e estabelecendo com os estagiários ampliação dos olhares e visões quanto às questões que envolvem a vida escolar.

RELAÇÃO ENTRE LICENCIANDOS, DOCENTES E SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica – no qual se pretende verificar a existência efetiva de parceria entre docentes da IES, licenciandos e docentes da Educação Básica, inclusive o supervisor de estágio, com acompanhamento/participação do estagiário nas atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica e participação destes no processo de orientação/formação dos licenciandos.

Parcerias entre docentes da IES, Licenciandos e docentes da Educação Básica, incluindo o supervisor de estágio:

A parceria traz um novo olhar para a educação, desafiando a docência em busca de práticas inovadoras, saberes compartilhados entre nós acadêmicos e a Escola. O estágio supervisionado contribui para a nossa formação e desenvolve a prática de leitura e escrita dos estudantes. Fazer parte desse estágio supervisionado insere no ambiente escolar, estimula o processo de interação e articulação com a teoria e impulsiona a qualificação da formação docente.

O estágio supervisionado incentiva a valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. A licenciatura de Ciências Biológicas exercem atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre a faculdade e escolas parceiras e para a melhoria de qualidade da educação regional. Para assegurar os resultados educacionais, os estagiários são orientados por coordenador de área do estágio, docentes das licenciaturas e por supervisores, e as contribuições dos docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades.

O diálogo e a interação entre licenciandos, coordenadores e supervisores geram um movimento dinâmico e virtuoso de formação recíproca e crescimento contínuo.

Acompanhamento/Participação do licenciando em atividades de planejamento,

desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica:

A ênfase à perspectiva pedagógica da formação, convidando as instituições a elaborarem seus projetos primando pela excelência pedagógica e pela diversificação das práticas formativas para a profissionalização dos futuros professores.

O processo de modificação e (re)construção de uma nova cultura educacional que se pretende alcançar com a oportunidade do estágio supervisionado é pautado em pressupostos teórico metodológicos que articulam teoria-prática, faculdade-escola e professores-aluno da educação básica. Assim, considera como eixo orientador da formação a interação profícua de diferentes saberes sobre a docência: conhecimentos prévios e representações sociais – manifestados principalmente pelos estudantes das licenciaturas, o contexto, vivências e conhecimentos teórico-práticos dos professores em exercício na educação básica; e, por fim, os saberes da pesquisa e da experiência acadêmica dos docentes de professores, lotados nas instituições de ensino superior. Essa interação enriquece o processo formativo da docência.

O desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica se dará no acompanhamento do orientador do estágio, docentes da licenciatura e supervisores da IES na escola contemplada pelo estágio supervisionado. Instrumento de avaliados dos licenciandos está no regulamento do estágio.

Participação dos docentes da Educação Básica no processo de orientação/formação dos licenciandos:

O estágio supervisionado, tem como princípio a modificação das concepções dos sujeitos que estão implicados no processo: licenciandos, professores da educação básica e professores das IES.

Para tanto, as atividades são organizadas de modo a valorizar a participação desses sujeitos como protagonistas de sua própria formação, tanto na escolha das estratégias e planos de ação, como, também, na definição e na busca dos referenciais teórico-metodológicos que possam dar suporte à constituição de uma rede formativa. Com as concepções afetadas a partir do diálogo, da interação e da socialização dos saberes, dos modos de pensar, dos modos de agir e reagir à própria formação de maneira proativa e dinâmica, os alunos da licenciatura poderão ter suas representações sobre o exercício da docência modificadas pela reflexão-ação.

Nessa linha, a formação ganha um componente não mais pautado apenas na instrumentação para docência e, sim, na orientação reflexivo-crítica do trabalho docente desencadeada pelo pensar a ação, pela proposição e embate de ideias, pelo protagonismo, pelo reconhecimento do valor da interatividade de diferentes sujeitos na formação.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática – no qual se pretende verificar a efetiva articulação entre teoria e prática nas atividades de estágio, especialmente no que diz respeito à articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica, embasamento teórico das atividades planejadas/desenvolvidas no campo da prática, reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos em contextos de educação formal e não formal e produção acadêmica que articule a teoria estudada e a prática vivenciada.

Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica:

Busca com o estágio fomentar a inovação, a criatividade e o desenho de currículos e projetos pedagógicos de formação que preparem professores para educar e educar-se junto a crianças e jovens de um mundo em permanente mudança.

O currículo colabora pela formação para o pedagógico crítico, que os professores, durante toda a graduação, estudam sobre um currículo emancipador, construído nas diferenças culturais e uma avaliação dialética que acompanha o desenvolvimento do estudante; contudo, são avaliados em forma de exame e considerados como autoridade de um currículo fixo e intocável.

Assim, eles tendem a reproduzir as mesmas metodologias às quais foram submetidos e a aceitarem o rumo neoliberal imposto ao currículo. Entretanto, a proposta é que haja mudança, vontade para fazer o novo, em não seguir as regras estatisticamente impostas por outras instâncias e outros poderes que, em geral, nem conhecem o ato de ensinar e aprender dentro da sala de aula.

Dessa maneira o currículo do curso de licenciatura estão articulados e inseridos nos aspectos da Educação Básica contemplada da ação dos licenciandos.

Embasamento teórico das atividades planejadas/desenvolvidas no campo da prática:

A preocupação com excelência considera que formar um professor hoje exige alto grau de complexidade científica, acadêmica, metodológica e prática; a busca pela equidade deve-se a excelência do processo de ensino e aprendizagem deve estender-se a todo os envolvidos. Os princípios estruturantes da formação de professores/licenciandos são: conexão entre teoria e prática; integração

entre IES, escolas e programas de pós-graduação; equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e ética; articulação entre ensino, iniciação científica e extensão.

Esses princípios básicos respeitam a autonomia da IES e das redes de ensino e, ainda, as características locais e regionais, mas, ao serem intencionalmente traduzidos nos projetos pedagógicos, produzem uma dinâmica capaz de renovar e inovar a formação dos professores da região atendidas.

A integração contribui para unir ensino, iniciação científica e extensão, respeitando o direito de aprender dos professores, valorizando os atores envolvidos e comprometendo a comunidade educacional com a elevação do padrão de qualidade da educação, com isto, o embasamento teórico das atividades planejadas/desenvolvidas no campo da prática para a excelência educacional.

Reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos em contextos de educação formal e não formal:

A Educação formal é aquela que acontece na escola mediante a participação do professor e que tem os objetivos relativos ao ensino e a aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizado, regimentados por leis.

A educação informal ocorre na família, na igreja, com amigos, no bairro, ou seja, através da interação com grupos sociais, os quais são carregados de valores e culturas herdadas historicamente e que através dessas interações são repassados de um para outro. Tem o objetivo de socializar, desenvolvendo neles, hábito, desenvolver modos de pensar e agir frente aos obstáculos enfrentados na vida.

A educação não formal é aquela que ocorre no mundo, através da interação com o cotidiano, nos momentos em que interagimos com as pessoas e o mundo que nos cercam, neste modelo o aprendizado se dá através de ações coletivas cotidianas, pois tem como objetivo preparar o ser humano para a civilidade.

Com isto, chega-se a reflexão teórica que os licenciandos constatarem na identificação dos problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas e vivenciadas pelos estagiários, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras.

No contexto de educação não formal o desenvolvimento de suas experiências e vivências

não escolares dos licenciandos; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas.

Produção acadêmica que articule a teoria estudada e a prática vivenciada:

O protagonismo na formação e produção acadêmica dos licenciandos, já que os professores da escola básica se tornam conformadores, e a escola, o lugar privilegiado para a sua formação. A realização de um projeto de ação conjunta entre duas organizações apresenta-se como uma oportunidade de construção teórica estudada e a prática vivenciada dos licenciandos.

Assim sendo, a ideia norteadora de tais iniciativas, de que a escola poderá vir a transformar a prática educacional e, de outro lado, que a universidade poderá contribuir para as mudanças nas licenciaturas, pela identificação de quais são as aproximações e distanciamentos entre a produção do conhecimento acadêmico e a prática cotidiana docente.

Em outras palavras, a superação de contradições históricas presentes nas licenciaturas e oferecem o desenvolvimento de vivências metodológicas e práticas reflexivas, de forma engajada, que possam provocar mudanças qualitativas na formação profissional do futuro professor. Esse redimensionamento da licenciatura é um dos importantes impactos resultantes desse estágio, já que eles articulam a teoria e a prática necessárias à formação dos novos docentes; ao mesmo tempo, elevam a qualidade das ações acadêmicas nas licenciaturas e promovem a integração entre a educação básica e a educação superior.

Embora essa prática social institucionalizada ative potencialidades nos estágios de formação da docência, a produção acadêmica do conhecimento não depende somente desses estágios supervisionados e pode ser realizada independentemente, por exemplo, em grupo de estudo, no próprio estágio curricular supervisionado, integrados às atividades da formação inicial e continuada. Esses contextos podem também auxiliar no acompanhamento de momentos da prática pedagógica gerando rede viva de troca, criação e transformação de significados, de modo a unir fazeres e saberes.

[Consulte o Regulamento de Estágio Supervisionado.](#)

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares estão devidamente regulamentadas, implantadas e disseminadas entre docentes e discentes, visando atender aos aspectos de carga horária, diversidade de atividades e forma de aproveitamento da seguinte maneira:

CARGA HORÁRIA

Carga horária: 200 horas

DIVERSIDADE DE ATIVIDADES E FORMA DE APROVEITAMENTO

Categoria: Atividades Científico-acadêmicas

Atividade presencial ou a distância: Evento científico: congresso, simpósio, ciclo de conferências, debate, workshop, jornada, oficina, fórum, seminário, entre outros.

Carga Horária Máxima (Horas):** 60h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação.

Atividade presencial ou a distância: Curso de extensão, aprofundamento, aperfeiçoamento e complementação de estudos

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação, com nota e frequência, se for o caso.

Atividade presencial ou a distância: Visita técnica.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório com assinatura e carimbo do responsável pela visita.

Atividade presencial ou a distância: Pesquisa de iniciação científica, estudo dirigido ou de caso.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do responsável – professor orientador.

Atividade presencial ou a distância: Apresentação de trabalho em evento científico com publicação.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado do evento em nome do estudante comprovando a apresentação e cópia da publicação.

Será atribuído 10h por trabalho.

Atividade presencial ou a distância: Apresentação de trabalho em evento científico sem publicação.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado do evento em nome do estudante, comprovando a apresentação.

Será atribuído 10h por trabalho.

Atividade presencial ou a distância: Publicação de resumo em anais.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Cópia da publicação com timbre dos anais.

Será atribuído 10h por trabalho.

Atividade presencial ou a distância: Publicação de artigo em revista científica.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Cópia da publicação com timbre/identificação da revista.

Será atribuído 10h por trabalho.

Atividade presencial ou a distância: Defesas assistidas nos cursos de Pós-Graduação e Graduação, relativas à área de seu curso ou afins.

Carga Horária Máxima (Horas):** 20h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação.

Atividade presencial ou a distância: Disciplina extracurricular realizada como complementação à grade curricular do curso.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação, com nota, frequência e aprovação.

Atividade presencial ou a distância: Cursos básicos e/ou nivelamento

Carga Horária Máxima (Horas):** 20h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação, com nota, frequência e aprovação.

Categoria: Atividades socioculturais

Atividade presencial ou a distância: Recital, peça teatral, apresentação musical, exposição, workshop, feira, mostra, museu, entre outros.

Carga Horária Máxima (Horas):** 10h

Documento Comprobatório Exigido: Ingresso do evento com data.

Atividade presencial ou a distância: Participação em trabalho de ação social, comunitária ou extensionista.

Carga Horária Máxima (Horas):** 60h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório das atividades desenvolvidas com aprovação e assinatura do professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Cursos de língua estrangeira.

Carga Horária Máxima (Horas):** 20h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação.

Atividade presencial ou a distância: Organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

Carga Horária Máxima (Horas):** 60h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado de participação.

Categoria: Atividades de prática profissional

Atividade presencial ou a distância: Monitoria (voluntária ou não).

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Estágio não-curricular

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório das atividades desenvolvidas aprovadas e assinado pelo professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Plano de intervenção, proposta para a solução de um problema identificado.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Participação em projeto relacionado à Empresa Júnior.

Carga Horária Máxima (Horas):** 40h

Documento Comprobatório Exigido: Declaração da organização assinado pelo professor responsável.

Atividade presencial ou a distância: Instrutor em minicurso, oficina ou como palestrante.

Carga Horária Máxima (Horas):** 20h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado em nome do estudante com descrição da atividade.

Categoria: Outras Modalidades

Atividade presencial ou a distância: Outras atividades não contempladas, mas que possam ser consideradas importantes na complementação da formação acadêmica.

Carga Horária Máxima (Horas):** 50h

Documento Comprobatório Exigido: Certificado, declaração ou correspondente, a critério do Responsável pela validação das atividades complementares

* Os cursos online ou em EAD não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária estabelecida para as Atividades complementares realizadas antes do início do curso não poderão ser aproveitadas.

Alunos especiais (transferidos de outras IES) poderão aproveitar até 50% das atividades complementares desenvolvidas no curso anterior.

** Carga horária máxima atribuída à atividade ou conjunto de atividades da mesma natureza.

Somente serão consideradas as atividades complementares realizadas durante o curso de graduação.

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento das Atividades Complementares.](#)

APOIO AO DISCENTE

PROGRAMA DE BOLSAS E FINANCIAMENTO DE ESTUDO

Sendo uma entidade com fins lucrativos, com avaliação positiva pelo MEC, o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas, pode ser contratado pelo estudante.

Destinamos ainda vagas para estudantes que solicitam o PROUNI (Programa Universidade para Todos), um programa do Ministério da Educação que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior não gratuitas.

PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Devidamente regulamentado, o programa de nivelamento tem como objetivo de relembrar conteúdo específicos do ensino médio, oferecendo atividades de nivelamento na modalidade EAD e de forma totalmente gratuita, a todos os estudantes ingressantes na IES. Tais atividades têm sua origem na tabulação dos erros de resolução das questões do Processo Seletivo e nas necessidades dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e transcorrem as áreas de Português, Matemática e Química. Verifique na Secretaria Acadêmica e no endereço www.athenasvirtual.com.br como poderão realizar as atividades de nivelamento.

[Consulte o Regulamento do Programa de Nivelamento.](#)

PROGRAMA DE MONITORIA

As atividades do Programa de Monitoria possuem regulamento próprio que define que a monitoria deverá ser desenvolvida nos componentes curriculares de formação básica, consistindo no oferecimento de plantões de monitores, para o esclarecimento de dúvidas e orientação aos acadêmicos

(as), extra sala de aula, a fim de complementar e aprimorar o aproveitamento das atividades acadêmicas.

[Consulte o Regulamento do Programa de Monitoria.](#)

PROGRAMA DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Devidamente regulamentado, este serviço de apoio objetiva orientar e auxiliar os estudantes para a solução de problemas acadêmicos e/ou relacionais que podem interferir no seu processo de aprendizagem. Caso você estudante, necessite de apoio psicopedagógico, por meio deste Programa, professores, coordenações e outros profissionais podem auxiliá-los ou ainda encaminhá-los para atendimento especializado a ser realizado por profissional da área.

[Consulte o Regulamento do Programa de Atendimento Psicopedagógico.](#)

PROGRAMA DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNEs

Devidamente regulamentado, este programa faz parte de nossas ações, por meio do Núcleo de Acessibilidade. Seu principal objetivo é promover a acessibilidade de acordo com os referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).

[Consulte o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade.](#)

[Consulte o Regulamento do atendimento ao Aluno com Transtorno do Espectro Autista.](#)

PROGRAMA DE RETENÇÃO DISCENTE E APOIO AO EGRESSO

Preocupada com vida escolar e pós-escolar do estudante, a IES implantou um serviço por meio da Comissão de Relacionamento com o Discente, que visa prestar atendimento diferenciado aos estudantes buscando conhecê-lo melhor e definir indicadores que proporcionem meios de permanência dos discentes na IES. Tais indicadores são definidos por meio de Questionário Básico CRD (eletrônico ou impresso).

[Consulte o Regulamento da Coordenação de Relacionamento com o Discente.](#)

AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação do curso é prática efetiva no IES, e tem sido (cursos em andamento), ou será (cursos em fase de autorização) plenamente aplicada no âmbito do curso.

O procedimento é completar o processo de Autoavaliação Institucional realizado pela CPA, porém, é insuficiente só constatar tal inserção sem transformar as informações geradas pelo processo em ações de potencialização capazes de garantir a consolidação de políticas institucionais que conduzam à reordenação das questões acadêmicas e administrativas.

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a avaliação institucional se efetiva em três processos:

- ❑ Avaliação da Instituições de Ensino Superior, que abrange duas etapas:
 - ❑ Auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES;
 - ❑ Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP;

- ❑ Avaliação dos Cursos de Graduação – feita por comissões externas que fazem reconhecimento e renovação de cursos;

- ❑ Avaliação do desempenho dos estudantes através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE – (que “aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão”, segundo a Lei nº 10.861/2004 § 1º art. 5º), sendo realizado pelo INEP ao final do primeiro e do último ano dos cursos.

As **avaliações externas** – feitas por comissões de especialistas designados pelo INEP – se

constitui de análises documentais, visitas in loco, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade. Estas informações ajudam a identificar pontos de estrangulamento e de potencialidades institucionais, além de subsidiarem a reformulação do projeto de desenvolvimento da IES.

A **avaliação interna** – é um processo de autocritica institucional por meio do qual a IES busca compreender coletivamente, os significados de suas realizações, identificando suas potencialidades e deficiências, estabelecendo estratégias de superação dos problemas e aprimoramento das ações que vêm sendo realizadas com êxito.

ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Os dados serão trabalhados através de softwares específicos, que faz apuração das informações contidas nos diversos instrumentais aplicados junto a professores, servidores e alunos da Instituição, e junto a empresários e egressos dos cursos.

Os resultados referentes à atuação dos professores e dos coordenadores serão apresentados de forma conjunta através de gráficos e/ou tabelas estatísticas apropriadas para o caso, com resultados em números relativos (%) na base 100. As informações referentes às demais dimensões também receberão tratamento estatístico e serão apresentadas de forma conjunta, de modo que se tenha uma visão da dinâmica da Instituição como um todo e, particularmente, de cada um dos seus setores.

Os relatórios parciais e final serão organizados de forma que expresse a opinião da comunidade acadêmica e dos que se beneficiaram com as atividades desenvolvidas. O relatório contemplará ainda, críticas e sugestões apresentadas para a melhoria de suas ações. A CPA fará o encaminhamento do relatório ao Diretor Geral da instituição.

De acordo com a nota técnica nº 65 do INEP que sugere um relatório de Autoavaliação Institucional e suas versões parciais e integrais, está sendo elaborado um novo modelo de relatório.

A versão parcial do relatório parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados.

PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

Da mesma forma, de acordo com a nota técnica nº 65 do INEP que sugere um relatório de Autoavaliação Institucional e suas versões parciais e integrais, deverá ser elaborado um novo modelo de relatório, o plano de ações de melhoria à IES será apresentado quando do relatório integral.

Finalmente, a partir do ano de referência de 2016 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 – relatório integral

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA](#)

[Consulte o Projeto da CPA](#)

[Consulte o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante.](#)

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O curso é ministrado na modalidade de ensino presencial e, para tanto, a instituição disponibiliza diferentes mecanismos e tecnologias possibilitando a implementação desta modalidade de ensino de forma eficiente e eficaz.

As tecnologias da informação compreendidas por diversos recursos e o acesso rápido e fácil à internet, possibilitam maior integração de tecnologias e das propostas pedagógicas possibilitando uma aprendizagem mais significativa e atualizada. Por assim ser, estreita e facilita o trabalho do professor/aluno, dinamizando os processos de ensino e de aprendizagem.

O IES dispõe de estrutura tecnológica para o controle acadêmico, que permite a inserção de dados e informações de forma prática por parte do corpo docente. Com este sistema integrador, o corpo discente, obtém informação virtual das atividades avaliativas bem como da apuração da frequência, o que proporciona ganho de tempo, desempenho e confiabilidade.

O sistema de controle acadêmico conta também com ferramenta para disponibilização de material didático, que vêm contribuindo para o enriquecimento das atividades pedagógicas.

Os cursos e eventos promovidos pela Instituição, voltados para as comunidades externa e interna, são divulgados por diversos canais de comunicação, destacando-se entre eles o site da Instituição, permitindo a inscrição dos interessados de forma eletrônica remota.

A IES possui Laboratório (s) de Informática equipados com os softwares necessários para que os alunos possam desenvolver suas pesquisas e atividades acadêmicas e suas máquinas, devidamente interligados e conectados à Internet, possuem instalados softwares necessários para a prática pedagógica.

Para atender aos usuários em relação aos serviços de impressão a instituição possui um serviço terceirizado de reprografia e processamento de documentos.

Destaca-se, também, que todas as salas de aula da Instituição possuem sistemas multimídia (computador, equipamentos de som e projetor de imagens).

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os processos de ensino-aprendizagem são entendidos como prática social que podem dinamizar outros processos sociais, oportunizando a construção de uma sociedade inclusiva e cidadã. Dentro desta prática, o curso utiliza procedimentos, métodos de ensino e processos de avaliação tradicionais implementados e coerentes com a proposta curricular. Refletem suficientemente o compromisso de interdisciplinaridade, desenvolvimento de espírito científico e formação de cidadãos e sujeitos autônomos.

A avaliação do desempenho discente é entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do estudante em relação ao processo de ensino aprendizagem, na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos.

1. Diagnosticar a situação de aprendizagem do estudante para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
2. Verificar os avanços e dificuldades do estudante no processo de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
3. Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o redirecionamento do planejamento do componente curricular;
4. Possibilitar ao estudante tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo de ensino aprendizagem;
5. Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos estudantes.

DOS PROCESSOS AVALIATIVOS SEMESTRAIS

A avaliação do desempenho discente em cada uma das componentes curriculares, atividades, estágios e trabalho de conclusão de curso far-se-á por meio de procedimentos que comprovem assiduidade e aproveitamento dos estudos realizados pelos estudantes.

O conceito obtido deverá ser, obrigatoriamente, em cada bimestre, resultado da aplicação de diferentes instrumentos, priorizando as avaliações individuais;

O desempenho do estudante será expresso em conceitos decorrentes dos processos

avaliativos a que foi submetido, em escala numérica de zero(0) a dez (10), permitida a fração de cinco décimos (0,5) e lançada em um sistema de controle acadêmico juntamente com as faltas e em data previamente estipulada no calendário acadêmico institucional.

Em cada semestre letivo, o desempenho do estudante será expresso em conceitos parciais decorrentes das modalidades avaliativas a que foi submetido:

São consideradas modalidades avaliativas as seguintes avaliações:

I. Três (03) Avaliações Individuais;

A 1. Avaliação do 1º Bimestre;

A2. Avaliação do 2º Bimestre;

A 3. Avaliação Institucional – Prova Athenas;

II. Uma (01) Avaliação de Caráter Múltiplo a serem aplicadas pelos docentes tais

como:

A 4. Avaliações Múltiplas:

Modalidade 1 - Trabalhos escritos (individuais);

Modalidade 2 - Trabalhos escritos (em grupo);

Modalidade 3 - Seminários (individuais);

Modalidade 4 - Seminários (em grupo);

DA ESTRUTURA E VALIDAÇÃO DAS AVALIAÇÕES SEMESTRAIS

As avaliações semestrais devem considerar as seguintes estruturas:

- As avaliações A1 e A2, devem conter obrigatoriamente quatro (04) questões objetivas conforme estrutura das questões do ENADE, ficando as demais ao critério do Docente.
- A Avaliação A3 adotará estrutura conforme estrutura das questões do ENADE.
- A avaliação A4 será ao critério do docente.

As avaliações deverão ser validadas pela coordenação do curso considerando-se que:

- Para as avaliações A1 e A2, o docente deverá entregar cópia ao coordenador do curso, de acordo com o estipulado no Calendário Acadêmico vigente, para análise prévia.
- A avaliação A3 será elaborada pelo Departamento Pedagógico, portanto isenta da validação da coordenação do curso.
- A avaliação A4, ao critério do docente, está isenta de validação pela coordenação do curso.

DA APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES

As avaliações deverão ser aplicadas pelos docentes em horário previamente definido obedecendo-se o período das avaliações estipulado no calendário acadêmico.

DOS CÁLCULOS DOS CONCEITOS AVALIATIVOS SEMESTRAIS

Os conceitos finais das avaliações serão assim definidos.

- A avaliação (A1), (A2) e (A3) serão únicas, individuais e escritas, sendo que cada uma delas terá peso de 10,0 pontos.
- A avaliação (A4), composta por avaliações de caráter múltiplo, não poderão ultrapassar o número de duas (02) avaliações, sendo-lhes distribuídas ao critério do docente o peso que somado seja equivalente aos 10 pontos.

O cálculo do Conceito Final Semestral dar-se-á através da média dos conceitos obtidos nas quatro (04) Etapas, de acordo com a equação abaixo.

$$\text{CONCEITO FINAL SEMESTRAL} = (A1 \times 0,3) + (A2 \times 0,3) + (A3 \times 0,15) + (A4 \times 0,25)$$

DA APROVAÇÃO NA COMPONENTE CURRICULAR

Para ser aprovado o estudante deverá obter o Conceito Final Semestral igual ou superior a sete (07), além de frequência às aulas igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%).

Caso o estudante não atinja o Conceito Final Semestral de no mínimo, sete (07) pontos, mas

que seja igual ou superior a quatro (04) pontos, e ainda tenha frequentado o mínimo de setenta e cinco por cento (75%) das atividades acadêmicas, poderá fazer o Exame Final.

Caso o estudante não atinja o Conceito Final Semestral de no mínimo, sete (07) pontos, obtenha Conceito Final Semestral inferior a quatro (04) ponto, ou ainda frequência menor que setenta e cinco por cento (75%), o mesmo estará reprovado no componente curricular, devendo cursá-la adiante na modalidade de dependência.

DA APROVAÇÃO EM EXAME FINAL

Para ser aprovado após o Exame Final, o estudante deverá obter Conceito Final maior ou igual a cinco (05) pontos.

Para o cálculo do Conceito Final consideram-se a média da soma entre o Conceito Final Semestral e o Conceito do Exame Final, de acordo com a equação abaixo:

$$\text{CONCEITO FINAL} = (\text{CONCEITO FINAL SEMESTRAL} + \text{CONCEITO DO EXAME FINAL}) / 2$$

DA AVALIAÇÃO DAS DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

Atividades Complementares, TCC e Estágio Supervisionado

As atividades complementares, trabalhos de conclusão de curso e estágios supervisionados, terão suas atividades desenvolvidas e avaliadas de acordo com o disposto no Projeto Pedagógico e em seus respectivos Regulamentos.

Para estas atividades será utilizado o conceito final *suficiente* para aprovação e *insuficiente* para reprovação.

DAS PENALIDADES

O estudante que usar meios ilícitos nos procedimentos de avaliação do rendimento escolar sofrerá as sanções cabíveis por ato de improbidade.

DO REGISTRO DOS CONCEITOS

O registro dos conceitos e frequências obtidas pelos estudantes são de responsabilidade exclusiva do professor, cabendo seu controle à Secretaria Acadêmica.

DAS SITUAÇÕES PONTUAIS – 2ª CHAMADA, REVISÕES DE PROVAS E SOLICITAÇÃO DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES

As solicitações de 2ª Chamada, revisões de provas, solicitação de exercícios domiciliares (em conformidade com legislações específicas) serão analisadas pelos Colegiados dos Cursos.

NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas autorizadas 100(cem) vagas, ofertada no período noturno.

Esse número de vagas proposto, corresponde plenamente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.

| Letivo 2017.2 | | |
|-----------------------------|----------------|---------------------|
| Turma/ano de entrada | Período | Matriculados |
| LEF1 (2017.2) | 1º Período | 11 estudantes |
| LEF2 (2017.1) | 2º Período | 24 estudantes |
| LEF3 (2016.2) | 3º Período | 3 estudantes |
| LEF4 (2016.1) | 4º Período | 40 estudantes |
| LEF5 (2015.2) | 5º Período | - |
| LEF6 (2015.1) | 6º Período | 37 estudantes |

OS EXECUTORES

ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CONCEPÇÃO

O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação e consolidação dos Projetos Pedagógicos de cada curso, nos termos da resolução CONAES Nº 1, de 17 de junho de 2010.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é constituído por, no mínimo 05 (cinco) docentes, incluindo a Coordenação do Curso.

Os representantes docentes do NDE são indicados pelo coordenador do curso, ouvida a Coordenação Pedagógica Geral da Faculdade.

Respeitando-se a Resolução CONAES nº 1 de 17 de Junho de 2010, os critérios utilizados para indicação e escolha dos membros do NDE são:

- Titulação acadêmica (60% com pós-graduação stricto sensu);
- Regime de trabalho (80% com regime de trabalho parcial e 20% com regime de trabalho integral).
- Experiência profissional e de gestão acadêmica (> experiência na área afim);

ACOMPANHAMENTO

O NDE reúne-se, ordinariamente, em datas fixadas no calendário acadêmico e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador, ou por solicitação da Direção Geral ou da Coordenação Pedagógica Geral da Faculdade.

As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, sendo estas formalizadas em Ata.

ESTRATÉGIA DE RENOVAÇÃO PARCIAL DOS INTEGRANTES DO NDE DE MODO A ASSEGURAR CONTINUIDADE NO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO CURSO

A renovação parcial dos integrantes do NDE (Núcleo Docente Estruturante) se dará:

- Por solicitação do próprio docente;
- Pela perda definitiva do vínculo empregatício com a Faculdade ou interrupção temporária, de fato ou de direito, do exercício de suas atividades acadêmicas na instituição;
- Por deixar de cumprir as tarefas inerentes às atribuições do NDE que lhe forem cometidas.

ATRIBUIÇÕES, CONSOLIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPC

São atribuições dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante:

- Propor e realizar a formulação ou a reformulação do Projeto Pedagógico do curso para apreciação do Colegiado do Curso;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso, propondo as correções que se apresentem necessárias à sua integral consecução;
- Orientar para aprovação do Colegiado de Curso, Projetos de iniciação científica, para a Pós-Graduação e de Nivelamento ou Atividades de Extensão, com vistas a tornar efetiva a aplicação, no âmbito da instituição, do princípio da unidade entre ensino, iniciação científica e extensão;
- Sugerir a aquisição de material didático e bibliografia para o curso;
- Definir parâmetros com vistas a apreciar e avaliar os Planos de Ensino elaborados pelos professores do curso, apresentando sugestões de melhoria;
- Aconselhar sobre situações e recursos que colaborem com o processo de ensino e aprendizagem do aluno;

➤ Sugerir, sempre que forem necessárias formas de avaliação que valorizem o conhecimento e a vivência do aluno;

O NDE será dirigido pelo coordenador do curso que o preside.

Compete ao Coordenador do NDE:

- Convocar e coordenar as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- Coordenar a integração do NDE com o Conselho de Ensino, Superior, os colegiados e demais setores da instituição;
- Acompanhar o plano de trabalho e outras atividades do NDE.

MEMBROS

| Nome | Titulação | Regime de Trabalho |
|-------------------------------------|----------------|--------------------|
| Prof.º Esp. Diego Ávalo Moraes | Especialização | Integral |
| Profª. Me. Marilu Palma de Oliveira | Mestrado | Parcial |
| Profª. Me. Anna Lúcia da Silva | Mestrado | Integral |
| Profº. Me. Rener Santos de Carvalho | Mestrado | Parcial |
| Profº. Esp. José Aparecido Martins | Mestrado | Parcial |

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso.](#)

ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

DESCRIÇÃO

A coordenação do curso é o responsável pela gestão do curso.

Para isto, este possui representatividade junto ao Conselho Deliberativo e Fiscal (CONDEF) por meio da representação do docente no CONDEF.

O coordenador também é membro titular e representante do corpo docente no Conselho de Ensino e Extensão (CEEX), além de ser presidente nato do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante do Curso.

[Consulte o Regulamento do Conselho Deliberativo e Fiscal.](#)

[Consulte o Regulamento do Conselho de Ensino e Extensão.](#)

FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

DESCRIÇÃO

O Colegiado do Curso está devidamente regulamentado no curso a partir de sua autorização, atuando por meio de duas reuniões semestrais e, quando necessário, reuniões extraordinárias, realizando todos os registros por meio de Atas naquilo que lhe concerne, entre outros o encaminhamento das decisões pré-definidas pelos Conselhos Superiores CONDEF, CEEEX e Direção da IES.

REPRESENTATIVIDADE DOS SEGMENTOS

De acordo com o Regulamento do Colegiado este é constituído por:

- 01 Presidente (Coordenação do Curso);
- 01 Coordenador Pedagógico Geral;
- 02 Representantes docentes;
- 01 Representante Discente;

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, em datas fixadas no calendário acadêmico e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador, ou por solicitação do Diretor-Geral ou do Diretor Acadêmico da Faculdade e, ainda, pelo Diretor Acadêmico do Instituto Superior de Educação, quando se tratar de cursos de formação de professores para atuar na educação básica, neste último caso.

REGISTROS

Todas as decisões do Colegiado de Curso serão formalizadas em ata.

ENCAMINHAMENTOS DAS DECISÕES

Compete ao Colegiado de Curso:

- Deliberar sobre recursos e representações de discentes em matéria didática e disciplinar;
- Dar parecer em processos sempre que for solicitado;
- Organizar anualmente o calendário escolar em conjunto com o diretor da Faculdade;
- Examinar e aprovar modificações nos currículos dos cursos;
- Pronunciar-se e deliberar sobre pedidos de aproveitamento de estudos, transferências, adaptações, readmissões e reabertura de matrículas, bem como sobre matrículas aos portadores de diploma de nível superior;
- Opinar sobre admissão, promoção, afastamento, demissão e dispensa do seu pessoal docente e técnico administrativo.
- Aprovar as normas de funcionamento dos estágios curriculares supervisionados;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste regulamento.

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento do Colegiado do Curso](#)

A INFRAESTRUTURA DE APOIO

GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL

DESCRIÇÃO

A Faculdade oferece espaço de trabalho aos docentes em tempo Integral dispondo da seguinte descrição:

01 sala com área de 46,40m², com 24 estações de trabalho contendo: 01 mesa de diâmetro de 1,00m para três pessoas (para utilização de notebook); 01 sofá de 03 lugares; 24 armários individuais; 01 móvel (armário) como aparador para bandeja e cafeteira, por exemplo.

Estão disponíveis também:

- Sala de Reuniões, de 27,54m², contendo mesa para 20 lugares, sofá de 03 lugares, armário como aparador, data-show, computador e periféricos além de microfone, câmera e caixas de som;
- Sala de Colegiado, de 11,00m², contendo mesa para 08 lugares e armário como aparador.
- Duas Salas de NDE, com 10,26m² cada, contendo mesa para 08 lugares e armário como aparador, em ambas;

Todos os ambientes dispõem de equipamentos adequados ao número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO E PARA OS SERVIÇOS ACADÊMICOS

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO

A Faculdade possui ambientes distintos para a prestação dos serviços acadêmicos, distribuídos da seguinte maneira:

- Área e estações de trabalho destinadas ao ambiente das Coordenações de Curso 178 m² e 15 estações de trabalho.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO UTILIZADO PARA OS SERVIÇOS ACADÊMICOS (SECRETARIA ACADÊMICA)

261 m² dividido em ambientes distintos para a prestação dos serviços acadêmicos, distribuídos da seguinte maneira:

- Área e estações de trabalho destinadas à Secretaria Acadêmica - 64 m² e 6 estações de trabalho.
- Área destinada ao ambiente da Secretária das Coordenações de Cursos - 5m².
- Área destinada ao ambiente da Coordenação Pedagógica da IES - 8 m².

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DISPONÍVEIS AOS ESTUDANTES NO SISTEMA ACADÊMICO

A IES utiliza o Sistema de Informação ASP da empresa Gennera, com as funções de controle acadêmico.

O programa é abastecido com dados fornecidos pelos professores, como registro de conteúdo, atividades compondo os Diários das turmas e disponibilizar de maneira prática e rápida a frequência e notas dos alunos, através do Site da IES com o serviço Web Professor. O serviço Web Aluno pode ser acessado por cada acadêmico, verificando sua nota e frequência e ainda receber materiais

didáticos on-line.

Desta forma, nossa organização educacional é personalizada quanto à estrutura de ensino, e padronizada unindo todos os dados num único sistema com acesso a todos os colaboradores, facilitando na comunicação.

Exemplificando, cita-se abaixo os serviços oferecidos aos colaboradores e alunos, por meio da utilização da tecnologia de informação e comunicação existente.

- Google Apps;
- Portal do aluno;
- Portal do Professor;
- Portal de Periódicos;
- Ouvidoria;
- Athenas Virtual;
- Fale conosco;

SALA DE PROFESSORES

DESCRIÇÃO

A sala dos professores da IES é um ambiente destinados à socialização dos professores, a Faculdade conta com 01 (uma) Sala de professores com área de 95m².

A sala dispõe de mesas, cadeiras, banheiros, televisão, sofá, copa e armários, 12 tomadas para notebooks; 4 estações de trabalho (computadores); 52 armários; e um anexo, com balcão de acesso, chamado de "secretaria docente", como apoio, onde encontram-se 3 secretárias, impressoras, armários e sala de arquivos, que prestam a função de atendimento aos professores, como entrega de diários, provas, notas, conteúdos programáticos, cronogramas de aulas, apoio logístico.

Este ambiente dispõe de equipamentos adequados ao número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

SALA DE AULA

DESCRIÇÃO

A Faculdade dispõe atualmente de salas de aula com mobiliários e equipamentos necessários e mantidos de forma adequada naquilo que concerne aos espaços físicos, contando com:

- 48 salas de 48 m², com capacidade para 40 estudantes;
- 35 salas de 56 m², com capacidade para 50 estudantes;
- 15 salas de 64 m², com capacidade para 55 estudantes;
- 09 salas de 72 m², com capacidade para 60 estudantes;
- 02 salas de 81 m², com capacidade para 70 estudantes;
- 06 salas de 90 m², com capacidade para 80 estudantes;
- 07 salas de 97 m², com capacidade para 90 estudantes;
- 01 espaço de 820 m² para instalações de futuras salas de aula.

As salas de aula possuem boa acústica, boa iluminação, acessibilidade e comodidade para os estudantes e professores, além de possuírem ar condicionado, equipamentos para projeção de aulas (Data show), quadro de acrílico e equipamento de som. Desta forma, as salas de aulas estão adequadas para o desenvolvimento do curso.

ACESSO DE ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DESCRIÇÃO

A Faculdade disponibiliza laboratórios de informática para serem utilizados pelos alunos (as). Segue abaixo a descrição do (s) Laboratório (s) de Informática.

- 04 salas com área total de 224 m², e capacidade para 200 estudantes, contendo:

Datashow; Telas de Projeção; 120 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos e professor.

- 01 Laboratório de Redes com área total de 48 m², e capacidade para 40 estudantes;

Datashow; Telas de Projeção; 20 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos e professor.

- 01 Laboratório de EaD com área total de 48 m², e capacidade para 40 estudantes;

Datashow; Telas de Projeção; 20 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos, professores e tutores.

Todos os discentes têm livre acesso a equipamentos de informática. Este acesso é regulamentado conforme o Regimento do Laboratório de Informática, disponibilizado aos alunos no próprio laboratório.

Ainda, e de acordo com a Portaria Ministerial nº. 3.284, de 07 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, a IES está preparada para atender todos os alunos portadores de necessidades especiais.

Sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infraestrutura física, estas adaptações privilegiam o acesso de deficientes à biblioteca, laboratórios e espaços de convivência, bem como serão oferecidos recursos tais como computadores tanto no laboratório de informática quanto na

biblioteca, equipados com os programas: DOSVOX, um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto nível de independência no estudo e no trabalho. O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que há síntese de textos a ser configurada para outros idiomas; NVDA (Acesso Não-visual ao Ambiente de Trabalho) um software livre, de código aberto, onde qualquer pessoa que entende do assunto pode contribuir para o seu aperfeiçoamento; VIRTUAL VISION que “varre” os programas em busca de informações que podem ser lidas para o usuário, possibilitando a navegação por menus, telas e textos presentes em praticamente qualquer aplicativo. A navegação é realizada por meio de um teclado comum, e o som é emitido através da placa de som presente no computador. O Virtual Vision também acessa o conteúdo presente na Internet através da leitura de páginas inteiras, leitura sincronizada, navegação elemento a elemento e listagem de hyperlinks presentes nas páginas; JAWS Um software de síntese de voz que utiliza placa e caixas de som do computador para vocalizar as informações exibidas no monitor. O computador fala desde o primeiro momento para guiar o usuário passo a passo através desde a instalação a utilização do software.

Toda a estrutura conta com serviço de internet Wi-Fi com alta velocidade, além de quantidade adequada de equipamentos relativo ao número de usuários, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.

BIBLIOGRAFIA

A Biblioteca está devidamente regulamentada e se responsabiliza pela preservação, atualização e difusão do conteúdo do acervo da biblioteca.

Pelo Portal de Periódicos disponível no site é possível acessar bases de dados de publicações, como, por exemplo, revistas eletrônicas, além do acesso ao Portal de Periódicos da Capes, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

A biblioteca trabalha no sentido de atenderem aos diversos segmentos da comunidade, oferecendo os serviços:

- Empréstimo do material informacional aos usuários cadastrados na Biblioteca.
- Comutação bibliográfica nacional para os usuários que possuam vínculo com a Instituição.
- Orientação/treinamento informal aos usuários.
- Visitas orientadas agendadas aos interessados.
- Normalização técnica.
- Catalogação na publicação.
- Utilização da Internet direcionada à pesquisa.
- Guarda-volumes para bolsas, cadernos, pastas disponíveis aos usuários que forem utilizar o espaço interno e serviços da Biblioteca.

A Biblioteca possui ainda uma acervo bibliográfico para atender a todos os cursos de graduação. Tal acervo é constantemente atualizado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica a ser utilizada no curso compõe-se no mínimo de 03 (três) títulos (livros) para cada componente curricular, sendo que cada um dos títulos possui no mínimo 07 (sete) exemplares disponíveis para o estudo e pesquisa dos acadêmicos do curso na biblioteca, perfazendo um exemplar para cada 11 a menos de 15 vagas autorizadas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Toda a bibliografia complementar do Curso está adequada para atender seus alunos, apresentando no mínimo 04 títulos diferentes para cada um dos componentes curriculares do curso, sendo que cada um dos títulos possui no mínimo 02 (dois) exemplares disponíveis para o estudo e pesquisa dos acadêmicos do curso na biblioteca.

RELAÇÃO DE PERIÓDICOS

Destacamos abaixo os periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, disponibilizados no acervo da Biblioteca para consulta dos estudantes.

[Acesse o Portal dos Periódicos do Curso](#)

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento da Biblioteca.](#)

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

QUANTIDADE

Naquilo que concerne à quantidade de laboratórios especializados do curso, os mesmos encontram-se implantados com suas respectivas normas de funcionamento e utilização possuindo equipamentos em quantidade adequada aos espaços físicos e vagas autorizadas e em andamento.

| Nome do Laboratório | Link de Acesso ao regulamento |
|-----------------------------------|--|
| Laboratório de Informática | Clique aqui para acessar |
| Laboratório de Anatomia Humana | Clique aqui para acessar |
| Laboratório de Primeiros Socorros | Clique aqui para acessar |
| Laboratório de Mecanoterapia | Clique aqui para acessar |

QUALIDADE – POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Naquilo que concerne à qualidade dos laboratórios especializados do curso, os mesmos encontram-se implantados com suas respectivas normas de funcionamento e utilização e, estão perfeitamente adequados e providos de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, políticas de atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.

SERVIÇOS – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE

Naquilo que concerne aos serviços dos laboratórios especializados do curso, os mesmos encontram-se implantados contando com apoio técnico e políticas de atendimento à comunidade.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

O Curso foi embasado nas diretrizes curriculares específicas para o mesmo, atendendo a mesma em relação ao perfil do egresso, competências e habilidades, trabalho de conclusão de curso, estágio curricular e atividades complementares.

No que tange à carga horária do curso, todos as definições dos percentuais atendem ao que determina a diretriz curricular do curso.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com a Educação Étnico-Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no ementário do curso, por meio das componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Para atender ao Parecer CNE/CP 8/2012, definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com os Direitos Humanos, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

De acordo com o disposto na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, promovemos a aceitação da matrícula deste aluno, bem como, por meio do Núcleo de Acessibilidade, incentivamos a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, a pais e responsáveis e estimulamos a pesquisa científica relativa ao tema, por meio de ações do Núcleo de Acessibilidade instituído na IES.

[Consulte o Regulamento do atendimento ao Aluno com Transtorno do Espectro Autista](#)

TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Para atendermos ao artigo 66 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), todo o corpo docente do curso possui no mínimo pós-graduação em grau lato-sensu e/ou stricto-sensu.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação e consolidação dos Projetos Pedagógicos de cada curso, nos termos da resolução CONAES Nº 1, de 17 de junho de 2010.

Descrevemos no item disposto no Capítulo dos Executores, como se dá a **concepção, o acompanhamento, as estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar**

continuidade no processo de acompanhamento do curso e a consolidação e avaliação do PPC

CARGA HORÁRIA MÍNIMA

Atendermos à Carga horária mínima (em horas) para todos os cursos e de acordo com todas as resoluções específicas.

A carga horária total do curso pode ser visualizada no item Contextualização do curso e no item Estrutura Curricular curso.

TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

Atendemos ao Tempo de Integralização para todos os cursos e de acordo com todas as resoluções específicas.

O tempo de integralização do curso pode ser visualizado no item contextualização do curso no Projeto Pedagógico do Curso.

CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A IES entende a acessibilidade numa forma ampla que pode ser assim explicitada, conforme descrita em seu PDI:

- **Acessibilidade Atitudinal** - São implantadas ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. São priorizados recursos para essas ações;
- **Acessibilidade Arquitetônica** - As barreiras ambientais físicas são eliminadas, com a existência de rampas, banheiros adaptados, piso antiderrapante, entre outras;
- **Acessibilidade Metodológica** - As metodologias e técnicas de aprendizagem são

priorizadas, tal como a forma como os professores concebem conhecimento, avaliação e inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência;

- **Acessibilidade Programática** - Sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes;
- **Acessibilidade Instrumental** - As ferramentas de estudo devem superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena;
- **Acessibilidade nos Transportes** - Elimina barreiras de locomoção, promovendo facilidade e segurança;
- **Acessibilidade nas Comunicações** - A comunicação interpessoal prevê eliminar barreiras, com disponibilização de outros meios, tais como multimídias e intérpretes; e
- **Acessibilidade Digital** - Utiliza-se de diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

A IES tem buscado efetivar as ações de acessibilidade pela via da responsabilidade social expressa na Lei do SINAES e do reconhecimento da diversidade não apenas do sistema, mas dos alunos que frequentam a IES.

A instituição tem procurado observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional, discriminados no quadro abaixo, que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

A Instituição dispõe de infraestrutura planejada para portadores de necessidades especiais, e atende também ao que estabelece a Portaria Ministerial N° 3.284 de 7 de novembro de 2003, D.O.U. de 11 de novembro de 2003.

Para alunos com deficiência física cabe destacar a preocupação da Entidade Mantenedora em propiciar total Acessibilidade Arquitetônica com a eliminação das barreiras ambientais físicas,

existência de rampas, piso antiderrapante, adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras de rodas, colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros, instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Há também reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços.

O atendimento aos portadores de necessidades especiais é considerado prioritário na IES e está incluído no que acreditamos e divulgamos como responsabilidade social institucional

Em relação aos alunos com deficiência visual ou auditiva, a IES firma seu compromisso de, no caso de solicitada, aparelhar-se e garantir as condições de acesso durante todo o período em que o interessado estiver matriculado na Instituição. Com relação aos deficientes auditivos e visuais, a IES disponibiliza, em seu quadro de pessoal, intérprete de LIBRAS e assessoria de especialista em Braille.

Observado o disposto acima a IES, visando a identificar os estudantes portadores de deficiências – especialmente os ingressantes - e a eles oferecer condições de acessibilidade e de participação no processo de ensino-aprendizagem durante todo o período de sua permanência na Instituição, estabeleceu os seguintes procedimentos:

- No ato da inscrição para o processo seletivo – levantamento das eventuais necessidades especiais para realização das provas;
- No ato da matrícula – aplicação de questionário ao matriculando, no qual se incluem questões sobre a existência ou não de deficiências ou mobilidade reduzida que venham a exigir, no decorrer do curso, condições especiais de acessibilidade;
- No decorrer do curso – oferecimento de condições de acessibilidade aos estudantes que, posteriormente ao seu ingresso na Instituição, venham a apresentar deficiências ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente;
- No decorrer do curso - Acessibilidade Metodológica - promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

As ferramentas de inclusão a serem disponibilizadas na IES ocorrerão com a aquisição dos

seguintes softwares, sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infraestrutura física, privilegiam o acesso de deficientes à biblioteca, laboratórios e espaços de convivência, bem como serão oferecidos recursos tais como computadores tanto no laboratório de informática quanto na biblioteca, equipados com os programas: DOSVOX, um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto nível de independência no estudo e no trabalho; NVDA (Acesso Não-visual ao Ambiente de Trabalho) um software livre, de código aberto, onde qualquer pessoa que entende do assunto pode contribuir para o seu aperfeiçoamento; VIRTUAL VISION que “varre” os programas em busca de informações que podem ser lidas para o usuário, possibilitando a navegação por menus, telas e textos presentes em praticamente qualquer aplicativo; e JAWS, um software de síntese de voz que utiliza placa e caixas de som do computador para vocalizar as informações exibidas no monitor. O computador fala desde o primeiro momento para guiar o usuário passo a passo através desde a instalação a utilização do software. O (a) tradutor (a) de Libras também estará disponível para os estudantes nos ambientes que forem necessários (AVA, sala de aula, avaliações, etc).

DISCIPLINA DE LIBRAS

Para atendermos à oferta de Disciplina de Libras conforme Decreto N° 5.626/2005, inserimos a disciplina como optativa nos cursos de grau de Bacharelado e Tecnológicos.

Para os cursos de grau de Licenciatura, a disciplina como componente curricular obrigatório a ser cursado pelo estudante.

O ementário e a bibliografia complementar da disciplina de Libras pode ser consultado (a) no item Estrutura Curricular Curso.

INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Para atendermos ao que se refere à apresentação das Informações acadêmicas conforme Portaria Normativa N° 40 de 12 de dezembro de 2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01 de dezembro de 2010, publicada em 29/12/2010, informamos que, após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento. Assim, a instituição compromete-se em afixar em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, informando especificamente o seguinte:

- I - ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;
- II - dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;
- III - relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;
- IV - matriz curricular do curso;
- V - resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver;
- VI - valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.

Mantemos também em página eletrônica própria e na biblioteca para os cursos já autorizados e que venham a ser autorizados, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações supracitadas, além dos seguintes elementos:

- I - projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;
- II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;
- III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;
- IV - descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.

O edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção deverá conter pelo menos as seguintes informações:

- I - denominação de cada curso abrangido pelo processo seletivo;
- II - ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no Diário Oficial da União;
- III - número de vagas autorizadas, por turno de funcionamento, de cada curso;
- IV - número de alunos por turma;
- V - local de funcionamento de cada curso;
- VI - normas de acesso;
- VII - prazo de validade do processo seletivo.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para atendermos às Políticas de educação ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto No 4.281 de 25 de junho de 2002, definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com a Educação Ambiental, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.